

Marcelo Jonas Correia

## **O livro didático**

- MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Dezembro 20**16**



Marcelo Jonas Correia

## **O livro didático**

Projeto submetido como requisito parcial para  
obtenção do grau de  
**MESTRE**

Orientação

Prof. Doutor Fernando Luís Teixeira Diogo

— MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM  
EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DAS  
ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS



## **AGRADECIMENTOS**

### **A Deus**

Existiam muitos caminhos a seguir, mas este foi o escolhido. Alguns não compreenderam a minha escolha, porém sua luz me orientou. Sua mão me ergueu diante das dificuldades, o seu braço amigo me encorajou até o fim. A ti altíssimo agradeço por mais uma vitória.

### **Aos pais in memoriam**

A vocês, que me orientaram com toda compreensão, amor, sacrifício e proporcionaram a oportunidade deste momento. A vocês, que compartilharam minhas frustrações e alegrias, que me apoiaram mesmo quando achei que não conseguiria, através de um gesto, com palavras ou até mesmo com um olhar, a vocês que não puderam está ao meu lado até o fim desta conquista. A vocês, queridos pais, minha eterna gratidão por estarem por detrás desta nossa vitória. A vocês, o amor maior e o meu sincero MUITO OBRIGADO.

### **A esposa e filho**

“Ainda que eu fale a língua dos homens e, dos anjos, se não tiver amor, serei como o bronze que soa ou como o símbolo que retine... O amor é paciente, é benigno; o amor não é invejoso, não se ostenta, não se incha de orgulho. Nada faz de inconveniente, não procura seu próprio interesse, não se irrita, não guarda rancor. Tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta”. (I Coríntios 13-1-4-7-8).

### **Aos colegas**

Percorremos um longo trajeto... a partir de agora cada um trilha seu caminho. Entre nós ficara, como elo, a lembrança de nossos encontros e desencontros, erros e acertos, e a certeza de que cada um de nós contribuiu

para o crescimento do outro. Olhando para trás, lembramo-nos de nossas lutas, decepções, brincadeiras... Amadurecemos juntos, com o mesmo ideal de vermos nossos sonhos realizados. Vencemos a primeira batalha de muitas que ainda estão por vir.

### **Aos mestres**

Ceguei aqui, porque suas lições convenceram e permaneceram. Fizeram um trabalho nobre, onde dividir e construir o conhecimento foi mais importante do que tê-lo somente para si. Por isso, palavras não podem recompensar, dedico-lhes essa vitória transformada em alegria. A vocês mestres minha admiração.

## RESUMO

A educação brasileira tem sido fortemente contestada, provas de nível nacional têm apresentado alunos com níveis abaixo da média. A ferramenta mais utilizada em salas de aula é o livro didático, eis que este tem sido o material de apoio para professores e alunos no ensino público, o PNLD troca os livros didáticos a cada três anos com o intuito de seguir os assuntos atuais do mundo. Alunos e professores do ensino básico, têm-se apresentado com dificuldades na comunicação em sala de aula e muitos desses problemas estão relacionados ao uso do livro didático, por possuir uma linguagem complexa, acima do seu nível e fora da sua realidade. Este trabalho teve como objetivo realizar uma investigação qualitativa e apontar os principais problemas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Therezinha Abreu Vita no município de Santana do Araguaia-PA, Brasil. Observou-se que metade dos professores mostraram insatisfação com o livro didático utilizado em sua escola, mesmo em situações onde o mesmo participou da escolha e quanto aos alunos, 60% dos entrevistados admitiram que o livro didático utilizado em sua escola era de boa qualidade, entretanto questiona-se que para estes estudantes, não há parâmetro real para eles decidirem a qualidade do seu livro e que muitas respostas eram bem evasivas. Portanto, há muito o que se trabalhar na gestão escolar e na seleção do livro didático em escolas com um atraso global e social maior que a média brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Livro Didático, PNLD, Material Didático.



## **ABSTRACT**

The Brazilian education has been strongly contested, national level examinations have students presented to media below levels. The most used tool in classrooms and the schoolbook, here this has been the material of support paragraph teachers and students not public education, NTP exchange the textbooks one each three year with the follow the intention current affairs world. Students and teachers of basic education, has been presented with difficulties in communication in the classroom and these many related problems when using the station schoolbook, by having a language complex, above your level and forums your reality. This work aimed to carry out a qualitative research and point out the main problems in the Municipal School of Basic Education Therezinha Abreu Vita any municipality of Santana do Araguaia-PA, Brazil. There was que half of teachers showed dissatisfaction with the textbooks used in your school, even in situations where the same participated choice and the students, 60% of respondents admitted que the textbook used in your school was of good quality, but the questions up que paragraph these students, no parameter true eels paragraph decide to his book and quality que many were answers well evasions. So there is a lot to work for in school management and the selection of textbooks in schools with global delay hum and social greater than a brazilian media.

**KEYWORDS:** Text Book, NTP, Courseware.



## ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS	xi
LISTA DE TABELAS	xii
1. INTRODUÇÃO	1
2. CAPÍTULO I – O ENSINO FUNDAMENTAL NO SISTEMA EDUCATIVO PÚBLICO	5
2.1. O Sistema Educacional Brasileiro	5
2.2. O Sistema Didático Brasileiro	10
2.2.1. O Papel da Escola	10
2.2.2. O Papel do Corpo Docente	13
3. CAPÍTULO II – Adquirindo o livro didático	17
3.1. PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD)	18
3.2. CRITÉRIOS DE ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO PELO MEC	21
3.2.1. A Escolha Do Livro Didático Nas Escolas	27
4. CAPÍTULO III – O Livro Didático no Processo Ensino-Aprendizagem	33
4.1. A Relação do Professor com o Livro Didático no Brasil	33
4.2. O Aluno e o Livro Didático	36
4.3. O livro didático frente as novas metodologias	38
4.4. A Cultura Digital nas escolas	39
4.4.1. O Livro Digital	41
5. CAPÍTULO IV - ESTUDO EMPÍRICO	45
5.1. Problema e Objetivos	45
5.1.1. Problema e sua justificção	46
5.1.2. Objetivo Geral	49

5.1.3. Objetivos Específicos	49
5.2. Metodologia	50
5.2.1. Pesquisa qualitativa	50
5.2.2. Estudo de caso	50
5.3. Local de estudo e participantes	51
5.3.1. Local de estudo	51
5.3.2. Participantes	52
5.4. Técnicas de recolha de dados a utilizar	52
5.5. Técnicas de tratamento de dados a utilizar	53
5.6. Confiabilidade e validade	53
6. CAPÍTULO V - ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS	55
6.1. as percepções dos alunos	55
6.2. As Percepções dos Professores	67
6.2.1. Geografia	70
6.2.2. Matemática	72
6.2.3. História	74
6.2.4. Português	76
6.2.5. Ciências	83
6.2.6. Inglês	84
6.2.7. Artes	86
6.3. Interação Professor x Aluno	87
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97
ANEXO I	107

## LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

CDFNDE – Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FAE – Fundação de Assistência ao Estudante

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

LD – Livro Didático

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

SEDUC – Secretaria da Educação e Cultura

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados Estatísticos do PNLD (2016)	27
Tabela 2 – Componentes Curriculares – PNLD (2017)	30
Tabela 3 – Avaliação de Satisfação dos Estudantes e Professores	90

## 1. INTRODUÇÃO

A educação é o alicerce da sociedade. É através dela que um país se desenvolve e, no Brasil, como na maioria dos países em desenvolvimento, encontra-se ainda muito defasada (GUIMARÃES et al, 2001).

O Livro Didático no Brasil é de extrema importância para o processo de aprendizagem dos alunos das escolas públicas brasileiras, sendo a principal ferramenta de ensino nas escolas, seguida pela internet.

É comum dizer que há uma cultura do livro didático no país, uma vez que o livro didático começou a tomar espaço desde 1929, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) e evoluiu com a edição do Decreto nº 91.542, de 19/8/85, com a criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), onde trouxe diversas mudanças como indicação do livro pelos professores e reutilização do mesmo.

Segundo Teixeira (2009) o livro didático está na cultura escolar brasileira, seja por ser garantido por programas oficiais de governo e estar disponível para as escolas públicas de forma gratuita, sendo assim o único material escrito que grande parte dos alunos das classes menos favorecidas tem acesso.

Para Souza (2014) o livro didático é um instrumento essencial para o andamento do trabalho pedagógico, por ser utilizado de maneira sistemática pelo professor e amplamente adotado como elemento básico na organização do trabalho docente. Possuindo abrangência em todas as séries da educação básica brasileira, sua constituição apresenta informações e conhecimentos que, intrinsecamente, expressam uma determinada concepção de sociedade.

O PNLD troca os livros nas escolas a cada três anos e a Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é o responsável pela distribuição destes, os professores ficam intitulados para a escolha do livro,

que deve ser feita com cautela e responsabilidade, pois será a base de formação dos alunos durante três anos.

Contemporaneamente inúmeras obras enfatizam diversas e sucessivas mudanças científicas e educacionais. Educadores de todas as áreas estão frente a frente com a nova realidade que lhes é imposta, automatizada, informatizada e globalizante.

Os educadores de nosso século estão constantemente sendo desafiados a mudar e a inovar com a finalidade de responder às expectativas da sociedade atual. Inovar no sentido de adquirir novas técnicas metodológicas capazes de contribuir para a transformação do espaço social no qual estão inseridos.

Para Minayo (2009) a metodologia é o caminho percorrido pelo pensamento para se chegar a realidade com a finalidade de estreitar os laços entre os impasses da teoria e o desafio da prática.

Os inúmeros desafios da atualidade que constantemente enfrentamos fazem-nos ir em busca de vários recursos, meios e procedimentos destinados à nossa atuação como pesquisadores, quer seja para desenvolver um estudo de ordem estrutural, de ordem comportamental, de ordem organizacional, da nossa realidade, um estudo preventivo ou corretivo, etc.

A preocupação com a qualidade do livro didático é algo que está sendo debatido desde as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que em conjunto com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e o PNLD procuram viabilizar o melhor produto para as escolas brasileiras, sendo assim têm-se levantado questionamentos sobre a aplicabilidade do livro didático nas escolas e sua funcionabilidade.

Boa parte das pesquisas estão voltadas ao uso do livro didático na vida do professor e em como isso irá afetar a relação com o aluno, entretanto o assunto mais discutido tem sido a irrealidade existente dentro dos livros, em como o material e a proposta que o livro traz foge do mundo vivido pelos estudantes e em alguns casos, em escolas de zonas rurais e carentes, até mesmo pelos professores, que naturalmente portam apenas um quadro negro

e um giz, além do livro didático que ou está ultrapassado ou está muito a frente do que condiz.

E é partindo desse entendimento que para se analisar a coerência das propostas do livro didático, no que se refere ao modo como eles são trabalhados em sala de aula, necessitou-se, por conseguinte, introduzir a nível interdisciplinar uma metodologia que melhor respondesse aos nossos anseios e ao mesmo tempo oferecesse instrumentos de análises eficientes, naquilo que toca compreender como se comportam os principais personagens (docentes e discentes) diante dos contextos do uso do livro didático como recurso metodológico no processo de ensino aprendizagem.

Desta forma esta pesquisa utilizou-se do método de estudo de caso para análise, através de uma perspectiva qualitativa, por assim entender que tal método investigativo se adequa melhor ao objeto de estudo em questão.

Nesse aspecto, a pesquisa foi subdivida em 5 capítulos onde na primeira instância levanta a questão do sistema do ensino público fundamental brasileiro, como que se estrutura, quais órgãos e leis que permitiram a educação básica como um dever do Estado.

No capítulo II – “Aquirindo o livro didático” evidenciou leis e normas que estão envolvidas no processo de escolha do Livro Didático e apresentou-se dados atuais do PNLD e explicando todo o processo de seleção até a entrega nas escolas.

No capítulo III, entitulado como “*A importância do livro didático no processo de ensino aprendizagem*” destaca-se a importância do livro didático como recurso primordial em sala de aula, o papel da escola, professor e aluno e abrindo um leque para as novas opções de materiais multímídas como o livro digital.

No Capítulo IV narrou-se a metodologia e processos envolvidos para a realização do estudo de caso, apresentando a população estudada e questionários aplicados.

No capítulo V apresentou-se os dados tabulados do estudo de caso, em formas de gráficos, tabelas e texto, realizando comparativos e discussões com demais trabalhos realizados nesta área.

E por fim o capítulo VI onde apresenta-se as conclusões e considerações finais geradas nesta dissertação.

## **2. CAPÍTULO I – O ENSINO FUNDAMENTAL NO SISTEMA EDUCATIVO PÚBLICO**

### **2.1. O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO**

Segundo Brasil (2016), até 1960 o sistema educacional brasileiro era centralizado, sendo o modelo seguido por todos os estados e municípios. Com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1961, os órgãos estaduais e municipais ganharam autonomia, com diminuição da centralização do Ministério da Educação (MEC).

Aguiar (2008) explica que nos anos 90 houve diversas reformas educacionais, que visavam principalmente comover quanto à responsabilidade e necessidade de modificações nos conteúdos e metodologias de ensino. Foram, então, elaborados programas de reforma do estado, objetivando fazer alterações no contexto escolar, preparando projetos e materiais a fim de serem distribuídos nas escolas.

Segundo a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, quanto a educação em seu artigo 1º, estabelece que:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

De acordo com Piana (2009) a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira de 1996 é a primeira lei geral da educação promulgada desde 1961 e possui amplo efeito sobre o sistema educacional, sendo assim, o governo adota a definição da política educacional como tarefa de sua jurisdição, descentralizando sua execução para os estados e municípios. A administração do sistema escolar passa a ser realizado por meio de uma política de avaliação para todos os níveis de ensino.

Em seu artigo 4º a Lei Nº 9.394, incluída pela Lei Nº 12.796 e pela Lei Nº 11.700 sanciona que o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

a) pré-escola;

b) ensino fundamental;

c) ensino médio;

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria.

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

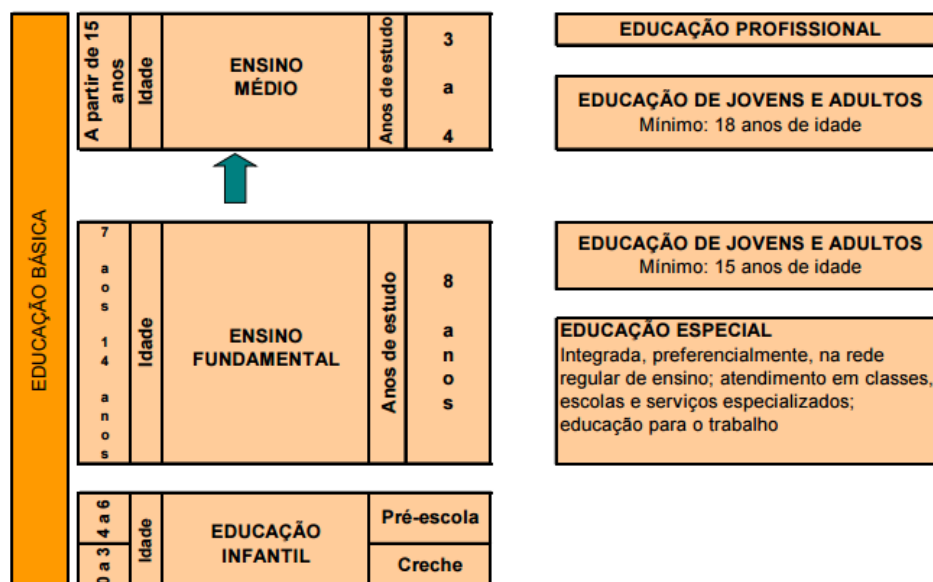
VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade.

De acordo com Brasil (2016) o ensino fundamental, tem como objetivo a formação básica do cidadão, tem duração de oito anos e é obrigatório e gratuito na escola pública a partir dos sete anos de idade, com matrícula facultativa aos seis anos de idade. A oferta do ensino fundamental deve ser gratuita também aos que a ele não tiveram acesso na idade própria. O ensino médio, etapa final da educação básica, objetiva a consolidação e aprofundamento das aprendizagens feitas no ensino fundamental. Tem a duração mínima de três anos, com ingresso a partir dos quinze anos de idade. (Figura 1).

**Figura 1:** Diagrama do Sistema Educacional Brasileiro.



**Fonte:** Brasil (2016).

Na Figura 2 apresenta as instâncias responsáveis pelas diretrizes da Educação no Brasil, entre elas temos a Constituição Federal de 1988, que além de estar no topo da pirâmide, garante que a educação é um direito de todos, sendo um dever do Estado e da família. Segundo Monteiro (2014) o direito à educação previsto na Constituição Federal de 1988, está relacionado ao reconhecimento da dignidade da pessoa humana, assim como, seus objetivos: construção de uma sociedade livre, justa, solidária, erradicação da pobreza, da marginalidade e redução das desigualdades sociais. Logo, o tratamento recebido pela educação está ligado à busca do ideal de igualdade que caracteriza os direitos de segunda dimensão. Antes da Constituição Federal de 1988, o Estado não tinha a obrigação formal de garantir a educação de qualidade à todos os brasileiros, sendo que o ensino público era tratado como uma assistência, um amparo dado àqueles que não podiam

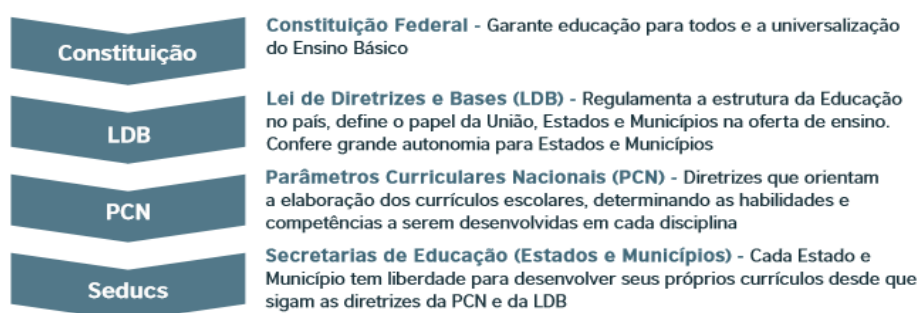
pagar. Com a Constituição de 1988 as responsabilidades foram repensadas e formalizou a promoção da educação fundamental como função do Estado.

Em seguida têm-se a LDB, que teve sua aprovação em 1961, regulamentando a estrutura da Educação no Brasil. Segundo o Instituto de Pesquisa Plano DCE (2015) os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são diretrizes federais que têm como função orientar as secretarias estaduais e municipais em relação ao conteúdo a ser ofertado nas disciplinas curriculares, indicando os conteúdos essenciais para cada ano letivo.

Os PCNs são referenciais para a prática pedagógica, sugerindo como um determinado conteúdo pode ser trabalhado na sala de aula. Nele, estão contidos os objetivos gerais do ensino para todo o território nacional, e são dadas algumas orientações metodológicas (BATISTA, 2011).

E por fim as SEDUC's (Secretaria de Educação e Cultura), onde cada estado e município tem a liberdade para desenvolver o seu próprio currículo e desenvolver suas atividades, as SEDUC's tem o apoio das Diretorias Regionais de Ensino para auxiliar nas atividades de pequenas cidades dentro do estado.

**Figura 2:** Instâncias Decisórias.



**Fonte:** Instituto de Pesquisa Plano DCE (2015).

## 2.2.O SISTEMA DIDÁTICO BRASILEIRO

Os programas de aquisição de livros didáticos executados pelo Governo Federal destacam-se como uma das ações supletivas mais relevantes da União para apoiar a qualidade da educação nos estados e municípios (BRITTO, 2011).

Silvino (2008) explica que a importância do livro didático como instrumento de reflexão necessita atender à dupla exigência: de um lado, os procedimentos, as informações e os conceitos propostos nos manuais; de outro lado, os procedimentos, as informações e conceitos que devem ser apropriados à situação didático-pedagógica a que se destinam.

Para Brasil (2009) a gestão escolar é fundamental para manter o funcionamento na escola. O gestor responsável tem o poder de determinar a qualidade do desenvolvimento dos trabalhos administrativos e pedagógicos no estabelecimento em que atua. Acredita-se que o conhecimento das leis que dão diretrizes e regulam a gestão na escola sejam um requisito para o bom desempenho do gestor.

### 2.2.1.O Papel da Escola

Segundo Andrade (2014) a escola tem como papel transmitir o conhecimento sistematizado, porém a sua função é para além desses conhecimentos repassados aos alunos, ou seja, a escola também tem a função de auxiliá-los a terem uma visão crítica e democrática, por meio da transferência de valores e atitudes. A escola é um espaço público, em que há

uma divergência cultural, devido aos alunos terem diferentes realidades, sendo assim, necessita-se de metodologias para promover uma articulação maior entre os profissionais da educação, pautada num repensar conjunto sobre a lógica da construção do conhecimento e sua aplicação na prática social. Com finalidade de promover a socialização dos sujeitos, a escola não é a única responsável por isso, mas por estar presente na literatura, na atual conjuntura educacional parece que cabe somente a ela a difusão do conhecimento e a socialização entre os sujeitos.

Para Branquinho (2007) a escola contemporânea sofre com o desenvolvimento acelerado que ocorre a sua volta, onde as informações são atualizadas com frequência, ocasionando um certo desgaste e comprometimento das ações voltadas para o aprimoramento do ensino, tornando assim, a sala de aula em um ambiente de pouca relevância para a consolidação do conhecimento, fazendo com que a vivência social seja o requisito primordial para a busca de aprendizado.

Corrêa (2000) o livro didático contribui como na maioria dos conteúdos do currículo escolar, quando se fala sobre o conhecimento adquirido. As instituições escolares colaboram, concomitantemente com outras fontes, possibilitando visualizar o funcionamento da gestão interna. Dependendo da resenha do material, pode-se considerar como o portador supremo do currículo escolar no que se refere aos conhecimentos que foram transmitidos em diferentes áreas, ao se constituir uma única referência tanto para professores quanto para alunos.

Pereira (2011) explica que o papel principal da escola como instituição de ensino tem se limitado há muito tempo, devido as diretrizes institucionadas pelo governo. Apesar de já ter modificado-se muito na educação, ainda tem muito para melhorar, essencialmente na questão

institucional, pois de acordo com a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996), a educação é transversal a todos os membros de uma sociedade. O papel da escola é de extrema importância na educação da sociedade, por abranger um dos mais amplos aspectos sociais, que é o processo ensino-aprendizagem, no qual há uma ampla relação entre o aprender e o para quê aprender. Entretanto, o Projeto Político Pedagógico (PPP) deve ser planejado juntamente com a comunidade, o que realmente quer desenvolver para os seus alunos, como prepará-los para o mundo e em consequência para o mercado de trabalho. O modelo da escola atual não é o desejado, mas é necessário aperfeiçoá-lo até que se torne ideal.

Morin (2001) sugere que o trabalho escolar no Ensino Fundamental permita levantar o questionamento sobre o que é o ser humano, a vida, a sociedade, o mundo e a verdade. Estabelecendo a relação entre ciências e disciplinas, partindo de conhecimentos parciais para um conhecimento global. Conduzindo os estudantes ao aprendizado a conhecimento (separar e unir, analisar e sintetizar) e a partir deste entendimento, ensinar a considerar as coisas e as causas. Passar pela auto-análise e autocrítica e introduzir o conhecimento das mídias.

De acordo com Brasil (2009) as crianças, nas escolas, possuem a oportunidade de ter contato com o universo científico, artístico, cultural, tecnológico, ou ainda acesso a conhecimentos, experiências e vivências que não seriam possíveis em suas famílias. Apesar dos meios de comunicação, a cidade e as tecnologias audiovisuais, influenciarem nos modos como as crianças aprendem a realizar sua participação na cultura, a escola ainda cumpre esse papel, que é insubstituível em muitos lugares do Brasil,

principalmente do interior como campos, florestas, áreas ribeirinhas ou em pequenas cidades do interior ou do litoral.

### 2.2.2.O Papel do Corpo Docente

O professor tem diversos papéis dentro de uma escola, é comum ser necessário ir além da sala de aula e levar a relação professor-aluno para um nível necessário de intimidade, para que haja triunfo no exercício de sua profissão, ou seja, que o aluno obtenha resultados dentro do processo ensino-aprendizagem, sendo assim Fonseca & Sardenberg (2013) dispõe que cabe ao professor, na sua actuação profissional, seguir alguns princípios, sendo eles:

Coerência: atuar em sintonia com o Projeto Político Pedagógico da escola, compreendendo seu papel e cumprindo suas metas.

Integralidade: compreender o estudante de forma integral, buscando identificar suas necessidades de desenvolvimento no nível intelectual, físico, emocional, social, cultural.

Reconhecimento: conhecer a realidade do aluno, da sua família e da comunidade em que a escola e estes estudantes estão inseridos.

Empatia: acolher as diferenças, reconhecendo que cada estudante é único, aprende de uma forma diferente e vive em um contexto próprio.

Sonhos: conhecer os interesses, anseios e/ou o projeto de vida dos seus alunos e apoiá-los a alcançar seus objetivos.

Tempo Integral: considerar o estudante durante todo o tempo em que está na escola e não apenas na sua sala de aula.

Cumplicidade: conhecer as famílias de seus alunos, dialogar com elas e criar vínculos para fortalecer o seu desenvolvimento integral.

Trilhas: construir roteiros educativos que integrem disciplinas tradicionais com atividades complementares, saberes acadêmicos e populares, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos.

Colaboração: trabalhar de forma colaborativa com outros professores da escola, criando comunidades de aprendizagem para compartilhar desafios e propor estratégias articuladas que respondam às demandas do desenvolvimento integral.

Relacionamento: estabelecer uma relação mais igualitária e dialógica com seus alunos, reconhecendo seus saberes e legitimando a sua capacidade de contribuição com seu próprio processo de desenvolvimento.

Mediação: ser um mediador, facilitador e articulador do conhecimento, provocando o aluno a aprender a partir de seus próprios questionamentos.

Pesquisa: convidar o estudante a perceber a realidade como objeto de estudo.

Protagonismo: promover o protagonismo do aluno como autor e proponente do seu próprio processo pedagógico.

Participação: colaborar com a equipe gestora no sentido de apontar necessidades de infraestrutura, propor projetos e ações inovadoras e se envolver com atividades do programa que extrapolem a sua sala de aula.

Acompanhamento: avaliar continuamente os processos de ensino-aprendizagem, em conjunto com seus estudantes, estimulando que reconheçam o que precisam fazer para alcançar seus objetivos individuais e coletivos.

Aprendizagem: admitir que pode errar e aprender enquanto ensina, inclusive com seus alunos.

O professor desempenha uma série de tarefas no meio escolar de extrema importância, esse profissional deve ter diversos tipos de atividades em desenvolvimento para atingir um índice cada vez maior de aprendizado, dentre as demais funções executadas pelo professor, Freitas (2016) aponta que as principais são:

Despertar nos alunos o interesse e vontade de buscar seus objetivos com seus próprios esforços, o professor deve ser um mero orientador do processo.

Elaborar atividades que valorizam o potencial de cada aluno e que sejam planejadas e ofereça desafios aos alunos.

Instituir pesquisas que force os alunos a realizar estudos argumentativos e que haja inter-relação entre os temas do passado e do presente. Quando a pesquisa é feita pela internet o professor deve ficar atento e orientar os alunos para que não aconteça simplesmente cópia.

Sempre que possível dialogar com os pais e propor algumas recomendações acerca de como agir com os filhos em casa para que esse tenha um rendimento escolar satisfatório.

Na medida do possível, realizar uma correção menos punitiva e que valorize aquilo que é feito pelos alunos.

Gonçalves (2008) aponta que pela observação direta do que acontece nas escolas, é compreensível que o ensino e aprendizagem precisam melhorar. Devido a essas problemáticas, o professor diante da realidade vivida, sente-se desvalorizado. Tornando-se cada vez mais comum o número de professores que encontram dificuldades para enfrentar o desafio de melhorar os baixos índices de aprendizagem que os alunos vêm obtendo nas estatísticas oficiais e que também podem ser observados no dia-a-dia escolar e nas avaliações sobre o conteúdo trabalhado. Em contraposição, os professores mais conscientes da importância de sua função para a vida dos alunos, querem mudar essa situação, porque sabem que a escola pública é o

único espaço para que os alunos da classe trabalhadora adquiram o saber sistematizado, necessário à sua emancipação social. Diante disso, a necessidade de repensar a organização do ensino, a articulação entre teoria e prática, tornou-se um desafio ainda maior. Mesmo porque um ensino de conteúdos científicos sem relação com o cotidiano dos alunos e descontextualizado, dificilmente irá despertar o interesse deles.

Costa (1995) aponta que há uma determinada insegurança no cotidiano dos professores, quando se trata a respeito das dificuldades com a prática pedagógica. Este fato pode ser atribuído às vivências anteriores à formação do educador, pois é através delas que este constrói experiências com a própria escola e com as futuras relações com a profissão.

Os professores são mestres do futuro de cidadãos promissores, sendo assim, o Estado torna a agência financiadora de uma geração futura, um investimento alto com retorno alto, porém por um longo período. Se o sistema educacional funcionasse da forma como está idealizado, os problemas enfrentados nas escolas e as dificuldades seriam bem menores aos números encontrados em estatísticas e estudos.

A escola tem um papel de gerenciar essa conexão entre professores e alunos e sistematizar a comunicação de ambos, com o intuito de facilitar no processo ensino-aprendizagem.

### 3. **CAPÍTULO II – ADQUIRINDO O LIVRO DIDÁTICO**

Também conhecidos como “recursos” ou “tecnologias educacionais”, os materiais e equipamentos didáticos são todo e qualquer recurso utilizado em um procedimento de ensino, visando à estimulação do aluno e à sua aproximação do conteúdo (FREITAS, 2009, p. 21).

Segundo Verceze & Silrino (2008), a educação escolar se caracteriza pela mediação didaticopedagógica, entre conhecimentos práticos e teóricos. Sendo assim, os conteúdos e a didática devem adequar-se tanto à situação específica da escola e ao desenvolvimento do aluno quanto aos diferentes saberes a que recorrem.

A preocupação com os livros didáticos em nível oficial, no Brasil, se inicia com a Legislação do Livro Didático, criada em 1938 pelo Decreto-Lei 1006 (ROMANATTO, 2009).

De acordo com Horikawa & Jardimlin (2010) há um mercado editorial que dedica-se à criação de manuais, que procuram ajustar suas proposições ao tempo, ao espaço e às condições escolares, os interesses que cercam a produção do livro didático no Brasil.

Inúmeros são os recursos e possibilidades didáticas a que hoje a escola pode ter acesso, oportunizados pelos avanços das teorias e práticas de ensino-aprendizagem, mas fato é que o livro mantém lugar de destaque dentre os demais recursos auxiliares da educação, subsidiado, inclusive, por um programa governamental, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) (OLIVEIRA, 2006, p. 13).

### 3.1.PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD)

Segundo Brasil (2016) o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é vinculado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e tem por objetivo abastecer as escolas públicas de ensino fundamental e médio com livros didáticos e acervos de livros literários, livros complementares e dicionários. Sendo o mais antigo dos programas destinados à distribuição de livros didáticos para os estudantes da rede pública de ensino brasileira e foi criado, em 1929 com outra denominação, era conhecido como Instituto Nacional do Livro (INL), instituído com a finalidade de legitimar o livro didático nacional e, por conseguinte, contribuir para o aumento de sua produção e distribuição.

Apenas em 1985 com a edição do Decreto nº 91.542, de 19/08/85, é que se deu lugar ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), onde este apresenta como principais mudanças, no seu contexto o fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) e assim permitindo dentre outras a indicação e o critério de escolha do livro pelos professores; reutilização do livro, provocando a extinção do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, buscando uma maior durabilidade e comportando a implantação de bancos de livros didáticos. Em 1997 a FAE é extinta e o FNDE assume a política de execução do PNLD e passa a comprar e distribuir os livros para todas as escolas públicas do ensino fundamental.

Existem ainda dois modos legais no processo de execução operacional do PNLD o centralizado e o descentralizado, definidos legalmente pelo Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CDFNDE).

Conforme resolução nº 3/2001/FNDE:

I - Centralizada: quando as ações que compõem o processo de aquisição e distribuição dos materiais didáticos às escolas forem desenvolvidas pelo FNDE; e

II - Descentralizada: quando o FNDE repassa recursos às Secretarias de Educação dos estados ou municípios, responsáveis pela execução de todas as ações desenvolvidas no processo de aquisição e distribuição do material didático às escolas públicas do ensino fundamental, conforme o cronograma constante do Anexo I a esta Resolução (BRASIL, 2001).

Ainda sobre a forma descentralizada de execução do processo do PNLD, apenas alguns Estados aderiram a esse modelo, mas passaram por diversas dificuldades, desde as financeiras as de negociação com às editoras. Dentre esses Estados destaque maior para o estado de Minas Gerais que se manteve descentralizado até o ano de 2000 e o Estado de São Paulo, que se manteve até ano de 2006. Em função disto alguns municípios no Estado de São Paulo mesmo sob fortes críticas negativas ainda se mantem sob o sistema de apostilados em substituição ao PNLD.

Rodrigues (2014), em reportagem da Carta Educação, observa que os “Sistemas de ensino particulares adquiridos por prefeituras elevam Índice da Educação Básica (Ideb), mas engessam currículo, professores e até mesmo gestores públicos. [...] Apostilas custam mais caro e não são avaliadas por especialistas como os livros didáticos do MEC”.

Em 2004 foi criado o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) em que apenas os livros de português e matemática eram distribuídos, unicamente em duas regiões do território brasileiro norte e nordeste. Só então depois de 2007, o FNDE estendeu o programa a todas as regiões do País com livros didáticos de todas as disciplinas.

De acordo com Silva (2010, p.1) todo material pode ser didático, mesmo que não tenha sido criado diretamente para esse fim. Para tornar-se material didático, dependerá da forma que o professor irá usar o material. É inegável a importância de um documento oficial, que se constitui como

diretriz curricular para a educação no Brasil, demonstrar a preocupação em problematizar a centralidade do livro didático, já que esse, juntamente com o quadro e giz, constitui-se como parte do tripé da metodologia de ensino da maioria dos professores brasileiros.

Hoje, o Programa atende a mais de 35 milhões de estudantes das escolas públicas, do 1º ano do ensino fundamental ao último nível do ensino médio além da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do Programa Brasil Alfabetizado (PBA). Desde que essas escolas manifestem o desejo de serem contempladas pelo programa através de uma adesão formal deliberada pelas normas do Ministério da Educação (MEC) disponibilizado pelo FNDE.

Conforme resolução nº 42, de 28 de agosto de 2012:

Art. 2º Para participar do PNLD, as escolas federais e as redes de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal devem firmar um termo de adesão específico, disponibilizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

§ 1º O termo de adesão deve ser encaminhado uma única vez, ficando a partir de então os beneficiários que não desejarem mais participar do PNLD obrigados a solicitar a suspensão das remessas de material ou a sua exclusão do Programa, mediante ofício ao FNDE (BRASIL, 2016).

A partir de 2012 o PNLD conquistou alguns avanços na área tecnológica através da busca de parcerias junto a instituições interessadas em operar os serviços digitais como acervos de livros digitais e outros conteúdos educacionais no formato digital que tenham por finalidade favorecer o trabalho do professor e a aprendizagem dos alunos, além de outros usuários da rede pública brasileira de ensino.

A verdade é que desde que foi instituído o PNLD tem sobrevivido às criações e extinções de órgãos do Governo Federal e é ao mesmo tempo defendido por alguns e criticado por outros. Para o Professor Nélio Bizzo (2013) em entrevista concedida a Folha Dirigida, o PNLD tem passado por diversos percalços, mas ainda assim pode ser considerado como um dos

melhores programas de distribuição gratuita de livros, pois “... o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o MEC conseguiram desenvolver uma tecnologia, que é uma das mais avançadas do mundo em relação a essa operacionalização. É um programa com dimensões sem paralelo no mundo”.

O livro didático foi se transformando em importante mercadoria que atraía muitas empresas editoriais, os professores precisaram ser mais criteriosos para escolher seu livro didático, pois foi crescendo a ofertas de livros e nem sempre eles eram adequados (BIEHL & BAYER, 2009).

Sacristán (1995, p.83 e 84) diz que para as editoras o objetivo educativo do livro é uma ação secundária, pois seus interesses são econômicos como em qualquer outra empresa e que desse modo os editores são ao mesmo tempo agentes culturais e empresários, porém “a complexidade e a concentração do capital inclinam a balança para o lado do papel do empresário em detrimento do papel do agente cultural”.

### 3.2.CRITÉRIOS DE ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO PELO MEC

O PNLD compra e distribui os livros didáticos obedecendo a alguns critérios. De princípio tem-se a confecção de edital específico que fica disponibilizado no portal do FNDE, onde constam as regras e formas para que os editores, que possuam a plena detenção dos direitos autorais possam efetuar a inscrição de suas obras.

Essas obras passarão por uma triagem e avaliação realizada pelo Instituto de Pesquisa Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), buscando verificar se estas estão de acordo com as exigências técnicas físicas previstas no edital. Após a aprovação pelo IPT as obras serão encaminhadas para a

Secretaria de educação Básica (SEB), que designará um corpo técnico de especialistas de instituições públicas de ensino superior para a realização de avaliação pedagógica.

Conforme Informações retiradas do sítio oficial do Ministério da Educação em edital para o PNLD 2017 as comissões formadas para a avaliação pedagógica são responsáveis por avaliar os livros didáticos, de acordo com os seguintes critérios:

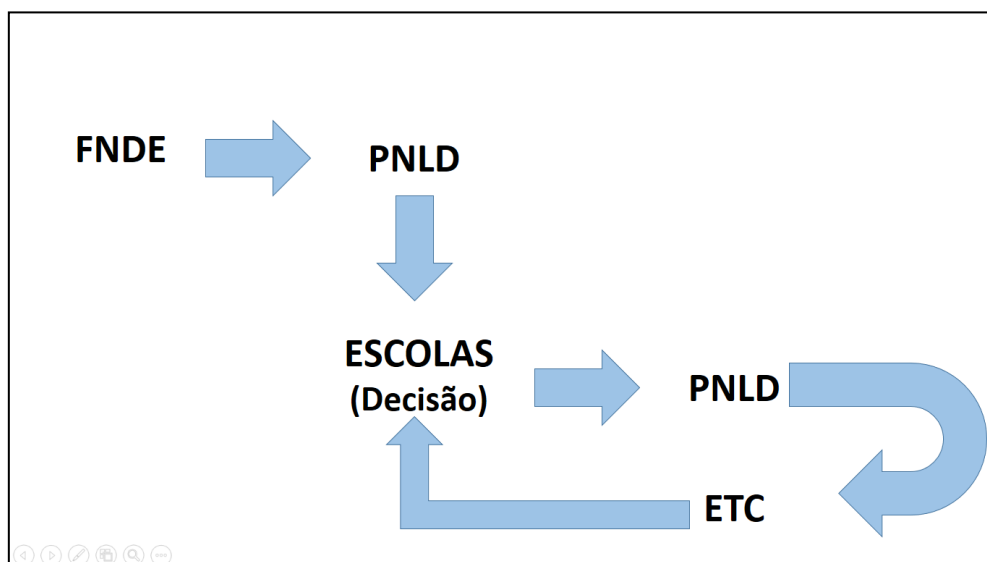
1. Respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino fundamental;
2. Observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;
3. Coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela obra, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados;
4. Correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos;
5. Observância das características e finalidades específicas do Manual do Professor e adequação do livro do aluno à proposta pedagógica nele apresentada;
6. Adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da obra;
7. Respeito à perspectiva interdisciplinar, na apresentação e abordagem dos conteúdos;
8. Pertinência e adequação dos Objetos Educacionais Digitais do Manual do Professor digital ao projeto pedagógico e ao texto impresso.

Sendo as obras aprovadas pelo crivo pedagógico estes especialistas estarão também incumbidos de elaborar as resenhas dos livros aprovados para a composição do guia de livros didáticos, que posteriormente irão

orientar os coordenadores, professores e diretores no processo de escolha dos livros que serão utilizados por alunos e professores em suas escolas.

O IPT também acompanha o processo de produção física e retirada de amostras para verificação das normalidades quanto a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e normas ISO. Os livros escolhidos serão entregues as escolas pela Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) sempre no ano anterior ao que os livros serão utilizados como mostra na Figura 3.

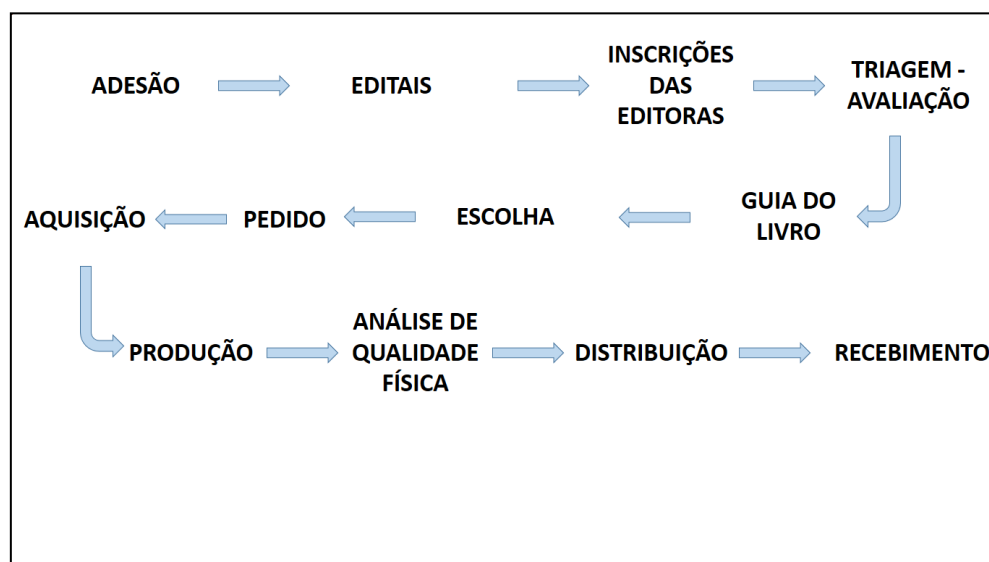
**Figura 3:** Fluxograma de Decisão do Livro Didático.



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2016).

Na Figura 4 o Fluxograma explica detalhadamente os passos da execução do PNLD.

**Figura 4:** Fluxograma de execução do PNLD.



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2016).

Segundo Brasil (2016), os 12 passos para a obtenção do livro se dá pelas tomadas de decisão como:

Adesão: onde os sistemas de ensino estaduais, municipais, que desejem participar dos programas de material didático deverão solicitar a apresentação formal de sua candidatura, respeitando os prazos, normas, obrigações e procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC). Sendo que o termo de adesão deve ser encaminhado apenas uma vez. Em caso de suspensão do material didático, basta realizar a solicitação da suspensão das remessas do material ou rompimento total do programa. A adesão deve ser atualizada sempre até o final do mês de maio do ano anterior àquele em que a entidade deseja ser atendida. Os editais que estabelecem as regras para a inscrição do livro didático são publicados no Diário Oficial da União e disponibilizados no portal do FNDE na internet. As inscrições das editoras serão determinadas através de editais delimitam o prazo e os regulamentos para a habilitação e a inscrição das obras pelas empresas

detentoras de direitos autorais. A avaliação para constatar se as obras inscritas se enquadram nas exigências técnicas e físicas do edital, é realizada uma triagem pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT). Os livros selecionados são encaminhados à Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), responsável pela avaliação pedagógica. A SEB escolhe os especialistas para analisar as obras, conforme critérios divulgados no edital. Esses especialistas elaboram as resenhas dos livros aprovados, que passam a compor o guia de livros didáticos.

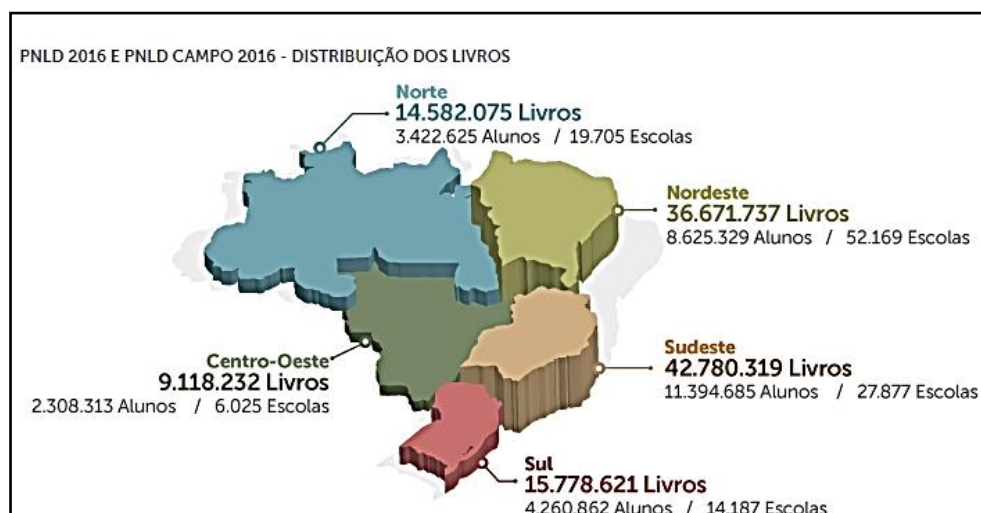
De acordo com Brasil (2016) o guia de livros didáticos está disponibilizado no portal do FNDE e envia o mesmo material impresso às escolas cadastradas no censo escolar. O guia orientará a escolha dos livros a serem adotados pelas escolas. A escolha dos livros didáticos passam por um processo democrático de escolha, com base no guia de livros didáticos. Sendo os diretores e professores responsáveis pela análise e escolha das obras que serão utilizadas pelos alunos em sua escola.

A formalização do pedido da escolha dos livros didáticos é feita via internet. Professores fazem a escolha *online*, em aplicativo específico para este fim, disponível na página do FNDE. A aquisição é realizada por inexigibilidade de licitação, prevista na Lei 8.666/93, tendo em vista que as escolhas dos livros são efetivadas pelas escolas e que são editoras específicas que detêm o direito de produção de cada livro. Após a negociação o FNDE firma o contrato e informa as quantidades de livros a serem produzidos e as localidades de entrega para as editoras, somente assim, inicia-se o processo de produção, que tem supervisão dos técnicos do FNDE. Sendo que a análise de qualidade física é feita pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), que também acompanha o processo de produção, sendo responsável pela coleta de amostras e pela análise das características físicas dos livros. Por fim a

distribuição dos livros é feita por meio de um contrato entre o FNDE e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que leva os livros diretamente da editora para as escolas. Essa etapa do PNLD conta com o acompanhamento de técnicos do FNDE e das secretarias estaduais de educação. Os livros chegam nas escolas em outubro do ano anterior ao atendimento e o início do ano letivo. Nas zonas rurais, as obras são entregues nas sedes das prefeituras ou das secretarias municipais de educação, que são responsáveis em efetivar a entrega dos livros.

Na Figura 5 podemos observar o montante de livros distribuídos pelo PNLD por regiões no Brasil em 2016, bem como, o número de escolas cadastradas e atendidas pelo programa e na Tabela 1 o quantitativo de modo geral dessa distribuição.

**Figura 5:** Distribuição de livros por regiões PNLD 2016.



**Fonte:** Brasil, 2016.

**Tabela 1:** Dados estatísticos do PNLD 2016.

Ano do PNLD	Escolas Beneficiadas	Alunos Beneficiados	Exemplares	Valores (R\$)		Atendimento
				Aquisição	Distribuição	
PNLD 2016	39.606	10.150.460	47.409.364	368.062.791,73	58.727.886,32	Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano
	59.097	2.609.633	9.901.805	57.964.238,45	19.834.945,80	Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano (Educação do Campo)
	51.439	10.995.258	28.170.038	220.253.448,14	54.880.224,96	Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano
	114.982	23.755.351	85.481.207	646.280.478,32	133.443.057,08	Subtotal: Ensino Fundamental
	19.538	7.405.119	35.337.412	336.775.830,99	34.513.659,62	Ensino Médio: 1ª a 3ª série
	25.536	2.650.789	6.998.019	82.651.540,13	16.113.584,34	Educação de Jovens e Adultos (2015 e 2016): Ensino Fundamental e Médio
	***	701.816	772.092	4.972.194,84	745.644,50	Programa Brasil Alfabetizado (PBA)
	121.574	34.513.075	128.588.730	1.070.680.044,28	184.815.945,54	Total do PNLD 2016

Fonte: Brasil, 2016.

### 3.2.1.A Escolha Do Livro Didático Nas Escolas

A escolha do livro didático é realizada pelo corpo docente das escolas: professores, coordenadores e diretores. A escolha é feita anualmente e adota como viés principal as resenhas dos guias de livros aprovados pelo FNDE e enviadas pelo MEC, além da apresentação feita pelo corpo de coordenadores das secretarias e pela apreciação direta dos professores. Desse modo Neste ano de 2016 entre os dias 28/06 e 12/08 serão escolhidos os livros didáticos para o ensino fundamental anos finais que serão distribuídos para o uso no triênio 2017/2018/2019, e que deverão auxiliar os professores em suas praticas docentes e aos alunos como material de apoio no processo de aprendizagem.

A partir do PNLD de 2002 os livros passaram a ser escolhidos por coleções e não mais como em anos anteriores em que poderiam ser escolhidos um ou dois livros de cada coleção, modo pelo qual se causava

alguns descompassos no processo, visto que algumas vezes um determinado livro de uma coleção era bem avaliado, enquanto outro da mesma coleção era excluído isso impossibilitava a compra do livro pelo FNDE.

A escolha do livro didático deve acontecer de forma democrática e contar com a participação ativa de todo o corpo docente de modo a ser coerente com a proposta pedagógica das unidades escolares e de maneira alguma deve sofrer influências de terceiros, visto que por muitas das vezes representantes das editoras tentam de uma forma, ou de outra ludibriar o processo legal através da disponibilização de vantagens (brindes/presentes) para as unidades escolares que derem preferências as suas coleções, essa conduta é proibida pela portaria normativa do MEC nº 7 de 5 de abril de 2007, que diz que:

§ 3º Constituem-se proibições aos Titulares de Direitos Autorais ou aos seus representantes, cujas obras inscritas forem selecionadas:

I - oferecer vantagens de qualquer espécie a pessoas ou instituições vinculadas ao processo de escolha, no âmbito dos Programas do Livro, a qualquer tempo, como contrapartida à escolha de livros ou materiais de sua titularidade;

II - distribuir presentes ou brindes a pessoas ou instituições vinculadas ao processo de escolha, no âmbito dos Programas do Livro, a qualquer título, após a publicação do resultado da avaliação ou a divulgação dos guias de escolha pelo MEC/FNDE, até o final do período de escolha pela internet e pelo formulário impresso;[...] (BRASIL, 2016).

Ficam também as Secretarias de Estado, de Municípios e do Distrito Federal sujeitas às mesmas condições da portaria normativa nº 7 de 5 de abril de 2007 sob a forma da lei na observância de qualquer irregularidade devem

*“§ 4º[...] V - adotar as providências cabíveis no caso das Escolas de suas respectivas redes que infringirem as normas de conduta;”* (BRASIL, 2016). Para o PNLD 2017 essas regras estão valendo desde o dia 18 de abril de 2016, data em que foi publicada a lista prévia das obras que foram aprovadas para comporem o guia do livro didático.

Uma das principais reclamações dos professores ao que se refere a esse processo era a de que tal material só chegava atrasado e que dessa forma nunca auxiliava na escolha do livro, ou quando muito próximo aos dias das reuniões marcados pelos coordenadores para escolha. Porém o problema foi solucionado a partir de 2012 quando o guia do PNLD ficou disponibilizado também na internet no portal do FNDE, facilitando ao acesso.

A Tabela 2 apresenta os componentes curriculares que deverão ser escolhidos no PNLD 2017, anos finais do ensino fundamental, baseada no censo escolar de 2015.

**Tabela 2:** Componentes curriculares – PNLD 2017.

<b>COMPONENTE CURRICULAR</b>	<b>NATUREZA DA OBRA</b>
Arte	Reutilizável, acompanhada de CD em áudio
Ciências Naturais	Reutilizável
Geografia	Reutilizável
História	Reutilizável
Língua Estrangeira Moderna	Reutilizável, acompanhada de CD em audio
Língua Portuguesa	Reutilizável
Matemática	Reutilizável

**Fonte:** Brasil, 2016.

A escolha oficial nas unidades escolares se inicia com a chegada dos guias de livros entregues pelos correios, ou com a chegada dos próprios livros nas escolas para manuseio direto pelos professores.

Segundo Garcia & Bizzo (2010) não tem-se pesquisado muito sobre o desenvolvimento histórico do material escolar, edição, relação do livro didático com a esfera escolar, seleção do livro pelos professores e o uso feito pelos alunos, relação dos docentes com o material, formação de professores para o uso, modos de uso na sala de aula e possíveis formas de inovação no ensino.

Segundo orientações da apresentação do guia de livros PNLD 2017 durante o processo de escolha das obras pelo corpo docente das escolas

deverá haver sempre a escolha de uma segunda opção de editoras diferentes para o caso da impossibilidade da não contratação da editora de primeira opção, pois como o encaminhamento das indicações é feito pelo portal do FNDE, quando se preenche a primeira opção o próprio sistema preencherá a 2ª opção com *“Não desejo receber livros diferentes da 1ª opção”*. Nesse caso da inviabilidade da primeira opção e a não indicação de segunda opção a escola não receberá livros do PNLD.

De acordo com Brasil (2016) caso a escola registre a escolha de obra para alguns componentes e deixar de marcar escolhas em outros componentes, só receberá os livros que escolheu, deixando de receber dos demais componentes. Se selecionar sua escolha sem marcar nenhuma obra em nenhum componente, não lhe serão enviados os livros.

Estão representados, no Quadro 1, os principais elementos no processo de escolha do livro didático e como eles se articulam.

**Quadro 1:** Representação Esquemática Da Escolha Do Livro Didático.

<b>PROCESSO DE ESCOLHA DO PNLD NAS ECOLAS</b>		
<b>FASE</b>	<b>RESPONSÁVEIS</b>	<b>PROCEDIMENTOS</b>
A entrega do Guia de Livros	Correios-ECT	A Escola marca reunião pedagógica e comunica aos professores.
Análise do Guia de Livros	Corpo docente das unidades escolares	Professores e coordenação pedagógica analisam as resenhas das obras e fazem uma pré- escolha.
Escolha do livro	Os professores das unidades escolares	As Secretarias Estaduais, Municipais ou do Distrito Federal. Marcam reunião para escolha definitiva, e registram a escolha em ata.
Registro e gravação da escolha	Diretor da unidade escolar	O diretor da escola de posse da senha de escolha deverá registrar e gravar a escolha do livro didático, para todos os componentes curriculares, no sistema PDDE Interativo.
Entrega dos livros nas unidades escolares.	Correios-ECT	Através de carta (carta azul) enviada pelo FNDE a escola deverá fazer a conferência do quantitativo dos livros entregues.

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2016).

Para a seleção do Livro Didático, o ideal é seguir os passos apresentados no PNLD, só que o professor ou gestor educacional necessita ter um olhar mais crítico para aquele material avaliado que fará parte do futuro dos alunos nos próximos três anos.

Em alguns trabalhos feitos em disciplinas isoladamente, foram analisados diversos problemas enfrentados pelos professores ou equipe gestora que escolhe o livro didático da escola. Entre os principais citados sendo: Irrealidade educacional, matérias sugeridas pelo PCN desvalorizadas ou simplesmente ausentes do livro didático, linguagem complicada e textos extensos, que dificultam na didática e compreensão, tanto do professor, quanto do aluno.

## **4. CAPÍTULO III – O LIVRO DIDÁTICO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM**

O livro didático é uma ferramenta de ensino utilizado nas escolas públicas brasileiras, sendo uma cultura empregada, segundo Andrade & Cota (2009), desde 1986, quando o MEC (Ministério da Educação e Cultura) iniciou a distribuição dos livros didáticos para alunos de 1º grau das escolas públicas, através do PNLD – Programa Nacional do Livro Didático.

### **4.1. A RELAÇÃO DO PROFESSOR COM O LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL**

O livro didático tem assumido a primazia entre os recursos didáticos utilizados na grande maioria das salas de aula do Ensino Básico. Impulsionados por inúmeras situações adversas, grande parte dos professores brasileiros o transformaram no principal ou, até mesmo, o único instrumento a auxiliar o trabalho nas salas de aula (SILVA, 2012, p. 806).

De acordo com Núñez et al. (2003) no Brasil, o livro didático tem a função de ferramenta de ensino-aprendizagem e suporte para a organização do currículo na maioria das instituições de ensinos Fundamental e Médio do país. Logo, para poder exercer sua função, necessita de atualização constante.

Atualmente, os livros didáticos representam a principal, senão a única fonte de trabalho como material impresso na sala de aula, em muitas escolas da rede pública de ensino, tornando-se um recurso básico para o aluno e para o professor, no processo ensino aprendizagem (FRISON, et al., 2009).

Matos (2012) explica que os editais do PNLD possuem duas fases principais, onde a primeira é marcada pela candidatura dos livros para

avaliação e posterior liberação da listagem dos indicados e a segunda é a fase em que os professores escolhem a partir desta lista os livros que serão utilizados na disciplina.

Os professores faziam as escolhas dos livros a partir de uma lista pré-determinada na base dessa regulamentação legal, Art. 208, Inciso VII da Constituição Federal do Brasil, em que fica definido que o Livro Didático e o Dicionário da Língua Portuguesa são um direito constitucional do educando brasileiro (NÚÑEZ et al., 2003, p.1).

Para Batista (2011) a liberdade do professor tem sido obscurecida pelo livro didático, pois ele fica preso a um material, que nem sempre é o ideal e isto acaba deixando-o bloqueado. Isto tem a ver com a própria concepção de conhecimento, ensino e aprendizagem que o professor tem e que refletem no cotidiano da sala de aula.

Para Horikawa & Jardimil (2010) há um grande contingente de professores, que, por razões diversas, relacionadas às suas precárias condições de trabalho, as quais dificultam uma organização autônoma de sua atividade, pautam sua atuação profissional nas atividades propostas pelos autores dos livros didáticos. Além dos problemas sociais para ter-se uma educação de qualidade, que proporcione uma formação de cidadãos participativos, atuantes e criativos, reconhecedores dos valores da democracia, da igualdade e da sustentabilidade.

A discussão do processo de trabalho com livros didáticos precisa ser ampliada, sob uma série de aspectos, uma vez que o trabalho com produtos editoriais tem sofrido transformações advindas da crescente tendência à aferição de lucros nesse campo de produção especializado (TEIXEIRA, 2009, p. 45).

Para Silva (2012, p. 805) a capacidade dos editores e autores, ao longo, da história da educação brasileira de adaptar o livro didático às mudanças de paradigmas, alterações dos programas oficiais de ensino, renovações de currículos e inovações tecnológicas é um dos fatores que justifica a sua

permanência como parte integrante do cotidiano escolar de várias gerações de alunos e professores.

Bianchim (1999) explica, que o livro didático é uma ferramenta em que a editora produz, o governo compra, o professor escolhe e o aluno consome, sendo assim, cabe ao professor realizar essa seleção com cautela, levando alguns pontos em consideração, como: se há muitos erros no livro; questões sociais abordadas; lógica; linguagem; didática; qualidade de ensino. O livro selecionado será o material utilizado para servir de base ao aluno e professor, sendo que ambos precisam ter um vínculo com o livro didático, de forma a facilitar o trabalho de ambos.

A maior problemática encontrada trata-se das editoras, que desconhecem a realidade das escolas públicas brasileiras, produzindo um material num universo linguístico fora da realidade dos alunos em algumas situações. Cabe ao professor lidar com cautela o uso do livro didático, utilizando-o como suporte para o processo de ensino-aprendizagem, mantendo um relacionamento com os demais elementos do processo educativo, segundo Bianchim (1999).

O livro didático é consagrado como cultural nas escolas públicas, impulsionados por inúmeras situações adversas, grande parte dos professores brasileiros o transformaram no principal ou, até mesmo, o único instrumento a auxiliar o trabalho nas salas de aula, explica Ferreira (2003).

Silva et al. (2012) elucida que o ideal é o professor variar ou complementar a utilização dos recursos didáticos, levando em consideração a adequação em cada momento ou cada fase do processo de ensino. Para que o processo de aprendizagem tenha significância, a heterogeneidade da turma deve ser constatada e levada em consideração, tanto em nível cognitivo, em preferência de atividades ou em relação a outros aspectos.

Nem toda aplicação de um recurso didático atinge os objetivos educacionais propostos em uma dada situação. Desta forma cabe ao professor conhecer e trabalhar com uma variedade de propostas, para alcançar as mais diversas possibilidades e limitações de uma turma de um

modo geral, e em particular, de uma Escola Pública. Para atingir seus objetivos é necessário que o professor conheça seus alunos, para que ainda no planejamento de sua aula, ele possa escolher os recursos e propostas mais adequadas para aquele determinado perfil de aluno ou turma, conforme Silva et al. (2012).

O professor é o mais estudado em questões pedagógicas devido ele ser o principal intermediário no ensino-aprendizagem, entretanto o único a trabalhar com o livro didático não é o aluno, muitas vezes quando analisados os requisitos na escolha do livro, leva-se em consideração a adaptação do aluno ao material, fazendo com que o educador que se adapte a situação, na maioria dos casos, mais que seus alunos.

Na escolha do livro deve-se levar em consideração ambos os lados, porque trata-se de uma reciprocidade, onde o professor e aluno consigam se entender na mesma linguagem dentro da sala de aula e o livro sendo esse intermediário entre os dois, criando questionamentos e procurando respostas para o mesmo.

#### 4.2.O ALUNO E O LIVRO DIDÁTICO

Oliveira & Oliveira (2014) tem-se duas ideias formadas, sendo que a primeira é o resultado histórico da cultura e a segunda é o livro didático como meio/processo/instrumento do resultado da primeira ideia, cuja finalidade é potencializar as capacidades mentais, sendo assim, o livro permite a aquisição e o desenvolvimento das capacidades de perceber, interpretar, orientar e formar a identidade do aluno.

Segundo Souza (2007, p. 113), “O uso de recursos didáticos deve servir de auxílio para que no futuro os alunos aprofundem, apliquem seus conhecimentos e produzam outros conhecimentos a partir desses”. Para que isso ocorra, é necessário que o professor dê significância ao conteúdo que

está sendo ministrado, mostrando para o aluno aplicações práticas do conteúdo em seu cotidiano, para que, em uma perspectiva científica, ele possa interferir em seu ambiente de forma positiva e consciente, caracterizando assim, uma aprendizagem com significado (SILVA et al., 2012).

Para Rua (1998) é fundamental a análise da realidade vivida pelo aluno, pois ela não é conhecida pelos livros didáticos, pelos meios de comunicação, que possuem aplicabilidade generalizantes. A ideia central é trazer a realidade do aluno para a sala de aula, despertar o interesse em sala de aula. Em termos de condições sócio-econômicas, muitos alunos possuem realidades diferentes, então o professor pode trazer um pouco da realidade de cada um em um determinado momento de sua aula, dentro de uma percepção empírica.

Os discentes são o maior foco de toda a realidade por trás da escolha do livro didático, pois toda e qualquer atitude tomada pelos professores é pensando no futuro deles. Quando um livro didático é criado para esse público (professores e alunos), na maioria dos casos brasileiros, a questão social não é levada em consideração, trata-se de crianças e jovens com uma realidade completamente diferente, o livro tem como objetivo principal educar e formar cidadãos pensantes e nem sempre ele consegue atingir seu objetivo, devido a essa desconsideração a prática vivida pelos mesmos, causando desinteresse nos alunos e que em alguns casos, o descaso dos alunos acaba gerando o descaso dos professores.

O sistema do PNLD mostra uma grande deficiência, principalmente nas cidades do interior, zonas rurais, onde o acesso a informação é mais escasso e as dificuldades sociais são maiores. Em muitos casos o livro torna-se o único acesso de informação desses alunos, enquanto outras escolas com condições melhores e com alunos de classes sociais diferentes, já possuem uma tecnologia e acesso à informação maior, como: bibliotecas virtuais, acesso a internet, entre outros recursos didáticos áudio-visuais. Entretanto, a globalização não existe somente nas tecnologias novas, elas podem vir do próprio livro didático, de acordo com Flores (2014) é possível identificar nos

livros selecionados a globalização vista como fábula, perversidade como proposto no livro de Milton Santos (2004); Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal onde o intuito é propor uma interpretação das ideias desse teórico de forma a articulá-las com a realidade dos livros didáticos que estão ao alcance de alunos e professores em sala de aula.

O diagnóstico da realidade da sociedade escolar é fundamental para a seleção de um planejamento pedagógico e como o livro didático é o principal instrumento utilizado, a sua escolha deve ser realizada a devida análise. De acordo com Pabis (2012) os livros de Didática, Metodologia do ensino deixa visível que as atribuições do professor é o planejamento das ações que vai desenvolver. O planejamento deve ser precedido do diagnóstico da realidade dos alunos e que toda ação educativa só produzirá melhores resultados se for desenvolvida com base no conhecimento da realidade do aluno. O ato educativo deve ser precedido do diagnóstico da realidade do aluno.

#### 4.3.O LIVRO DIDÁTICO FRENTE AS NOVAS METODOLOGIAS

De acordo com Santos (2012, p.2) as pessoas envolvidas na área digital são conhecidas por: sociedade do conhecimento, sociedade da informação e comunicação. Todos estes termos traduzem as características mais representativas e de comunicação nas relações sociais, culturais e econômicas de nossa época.

Segundo Goulart (2010) com o processo da digitalização, o futuro do livro didático fica incerto na maioria das escolas, entretanto quando trata-se da educação, esse processo é um pouco mais lento, quando fala-se sobre processo de digitalização, não se trata dos livros didáticos em formato digital e sim da criação de novos conteúdos, ou seja, ao procurar uma solução digital,

procura-se uma sintonia com o aluno, uma vez que faz parte da cultura brasileira a prática de pouca leitura, onde a parte social tem forte pretexto, pois pais que leem mais com os filhos, acabam despertando o interesse nos mesmos, no entanto essa não é a realidade da maioria das famílias brasileiras.

Almeida (2014) relata, que a internet impacta cada vez mais o sistema educacional, a escola, enquanto instituição social é convocada a atender de modo satisfatório as exigências da modernidade, seu papel é propiciar esses conhecimentos e habilidades necessários ao educando para que ele exerça integralmente a sua cidadania, construindo assim uma relação do homem com a natureza, é o esforço humano em criar instrumentos que superem as dificuldades das barreiras naturais. O uso social da internet permite que o professor conheça mais o seu aluno e sua realidade aproximada, cultura, gostos, facilitando o processo de conexão aluno-professor.

Ante as necessidades educativas presentes, a escola continua sendo lugar de mediação cultural, e a pedagogia, ao viabilizar a educação, constitui-se como prática cultural intencional de produção e internalização de significados para, de certa forma, promover o desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral dos indivíduos (LIBÂNEO, 2004).

#### 4.4.A CULTURA DIGITAL NAS ESCOLAS

De acordo Pretto & Assis (2008) a articulação entre a cultura digital e a educação se forma a partir das possibilidades de organização em rede, com a criação dos meios tecnológicos de produção de informação, seguindo de um certo repensar dos valores, práticas e modos de ser, pensar e agir da sociedade, o que implica na efetiva possibilidade de transformação social.

Segundo Brasil (2010), políticas públicas de amplitude nacional na área da educação têm se voltado para o uso do digital como: inclusão tecnológica, alfabetização e letramento digital, informática educativa. Com o intuito de

integrar e coordenar serviços de computação, comunicação e informação, sendo fundamentais para que haja condições de compreender o educar em sua plenitude, considerando novos tempos e espaços para a formação integral de cada cidadão. Respeitando o desejo de ampliação ao acesso aos meios de conectividade, formação de recursos humanos, incentivo à pesquisa, comércio eletrônico e desenvolvimento de novas aplicações como um conjunto de ações que impulsionam sociedade e cultura, a definição das linhas políticas e ações estratégicas implementadas até o momento, vêm garantindo a inclusão e permanência do Brasil na chamada Sociedade da Informação (SI).

A cultura digital vem se estabelecendo cada vez mais dentro das escolas, Ratier (2013) explica que no momento inicial é comum os alunos terem mais facilidade, por serem considerados nativos digitais, uma realidade diferente, que os professores tiveram que acompanhar. Entretanto o número de professores que declararam ter dificuldades em atividades com recursos multimídia, diminuíram como revela a edição de 2011 da Pesquisa TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) Educação: 35% relataram problemas em 2011 ante 44% em 2010.

Os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) recomendam que o livro didático não seja o único material utilizado pelo professor, propondo diretrizes e, a partir delas, boas situações de aprendizagem utilizando computadores. Entretanto, essas diretrizes não fazem menção a como os professores podem selecionar/avaliar material didático digital. Mais ainda, a rapidez da evolução das tecnologias desafia pesquisadores a estabelecer critérios que auxiliem o professor a escolher, classificar e avaliar materiais didáticos apresentados sob a forma digital. No contexto de avaliação de materiais didáticos digitais, o professor participa como usuário direto e indireto. Considerado usuário direto na fase de planejamento de suas atividades, quando está selecionando/avaliando o software educativo; e usuário indireto na fase de aplicação, quando participa como um facilitador/mediador da interação alunos-software educativo (GODOI & PADOVANI, 2009).

De acordo com Melo & Boll (2014) no Brasil, a cultura digital vem sendo implantada com o apoio de programas governamentais, pesquisas, estudos e discussões sobre novas possibilidades educativas, o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – Proinfo Integrado (Criadores do projeto Um Computador por Aluno (UCA)) *Tablet* Educacional para professores do Ensino Médio) têm buscado promover o uso didático-pedagógico do TIC.

Segundo Santos & Renzo (2016) a portaria 522/1997, que designou a política como Programa Nacional de Informática na Educação, em 2007, foi alterada pelo decreto para Programa Nacional de Tecnologia Educacional. Nessa alteração houve a substituição do termo “Informática na Educação” para “Tecnologia Educacional”.

#### 4.4.1.O Livro Digital

É comum as escolas procurarem meios para acompanhar a globalização e manter a boa relação professor/aluno, exposto isso, a tecnologia é uma forma de auxílio para facilitar esse processo, o livro digital abriu portas para facilitar a comunicação entre professor e aluno. Entretanto, diante aos desafios, cabe às escolas adequarem os professores para melhor manusearem estas tecnologias corretamente, para aproveitarem ao máximo o potencial das mesmas, tornando o ensino proficiente.

Os livros digitais possibilitam a interatividade e acessibilidade a informação muito maior. O espaço oferecido pelos mais diversos dispositivos é superior a qualquer prateleira (SOARES et al., 2013).

De acordo com Guimarães & Polato (2013) há distintos modelos de livro didático digital. Sendo o mais simples uma cópia do livro impresso em capítulos, que pode ser acessada por qualquer computador. Esse modelo já é utilizado há um tempo, porém existe uma versão mais sofisticada, que se limita a incluir no livro de papel, ao longo dos capítulos, endereços

eletrônicos. Esses endereços eletrônicos podem ser acessados pelos alunos num portal de conteúdo didático, desenvolvido pela editora, que armazena complementos eletrônicos ao livro impresso.

Segundo Brasil (2013) estudantes do ensino médio teriam acesso a usar livros digitais a partir de 2015. A versão digital deve vir acompanhada do livro impresso, ter o mesmo conteúdo e incluir conteúdos educacionais digitais como vídeos, animações, simuladores, imagens e jogos para auxiliar na aprendizagem. Além disso será permitido a apresentação de obras somente na versão impressa para possibilitar a participação das editoras que até então, não dominam as novas tecnologias.

Para Barcelos & Lopes (2012) o livro virtual pode ser selecionado pelo professor para enriquecer suas práticas diárias ou até mesmo pode ser criado pelo educador para seus alunos, o que permite dar autonomia ao docente em buscar as informações condizentes com a sua realidade de trabalho, ampliar aspectos dos quais julgue mais relevante além de permitir divulgar o material de sua autoria para auxiliar outros docentes.

Esta prática do material digital é mais vista em universidades, os professores do ensino básico possuem uma menoridade na liberdade do ensino que é aplicado aos alunos, essa limitação é delimitada pelo ensino pedagógico, que sofre intensa pressão dos pais, principalmente com alunos do ensino fundamental.

O livro digital trará bons resultados, os alunos mostram mais interesse, especialmente por ser uma novidade nas escolas, as editoras já visam numa economia com impressões e menos impacto ao ambiente, devido a abdicação do papel. Espera-se que os alunos que possuem mais dificuldade em se socializar, possa conseguir se comunicar com mais facilidade com o auxílio dessa tecnologia e os professores conseguirão ter algo mais próximo da realidade deles.

Wikins et al. (2006) explica que os sistemas de distribuição de eletrônicos podem oferecer soluções para diferentes necessidades, entre elas destacam-se funções de pesquisa on-line, navegação mais fácil, sistema

organizacional e principalmente a conveniência, não haverá a necessidade de carregar cinco ou mais livros por dia, que é uma das principais queixas dos estudantes e motivos pelo qual eles evitam de levar os livros para a escola. Além disso haverá menos uso de papel e níveis mais baixos de manutenção física. O *e-book* possui diversas atrações, entre elas destaca-se é o acesso potencial mais amplo que uma mudança para e-books pode ser capaz de trazer.

Os professores possuem diversas dificuldades em manter o interesse dos alunos em sala de aula, por isso não utilizam apenas o livro didático durante as aulas e procuram usar recursos multimídia, o livro digital talvez possa mudar esse quadro e interagindo ainda mais o aluno dentro da sala de aula, entretanto deve-se realizar um estudo prévio antes de sua aplicabilidade em todo o sistema educacional, devido aos problemas e dependências do mundo digital vivido no cotidiano da sociedade.



## 5. **CAPÍTULO IV - ESTUDO EMPÍRICO**

### 5.1. PROBLEMA E OBJETIVOS

Molina (1987, p. 20) enfatiza que “a atração exercida por um tal mercado pode levar à produção, por vezes, de livros destinados antes a gerar lucros imediatos, em lugar de serem frutos de uma preocupação maior com os objetivos primeiros da obra didática”.

Furlani (1988) explica que a concepção de ensino-aprendizagem, assumirá as pedagogias relacional e de ação cultural, em conjunto com as teorias epistemológicas construtivista e dialógica, pois, considera-se que a interação educador-educando não pode ser autoritária, que o processo de ensino-aprendizagem não deve se esgotar na transmissão do saber, como um caminho, e na avaliação da aprendizagem, como o caminho da volta (MILTÃO, 2006).

O objetivo deste trabalho foi realizar um estudo de caso, de caráter qualitativo, no qual se busca compreender o processo de ensino-aprendizagem focando o livro didático, como principal instrumento utilizado nas salas de aulas e de pesquisa de professores e alunos e explorar o contexto do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e sua importância dentro do sistema educacional brasileiro. Além de apontar como o uso do livro didático influenciará o trabalho docente desenvolvido nas escolas.

Dentro do questionário aplicado, avaliou-se a influência do livro didático e tecnologias dentro de uma escola municipal e a influência na vida social e educacional dos docentes e discentes, além de avaliar as ações desenvolvidas para a seleção dos livros no PNLD, destacando os pontos positivos e negativos destas escolhas nas disciplinas e no aprendizado dos alunos.

### 5.1.1. Problema e sua justificação

Segundo Val et al. (2004) a política pública de compra e distribuição do livro didático no Brasil, apresenta problemas e fragilidades que se localizam nos âmbitos nacional, estadual, municipal, dentro da organização e cultura da escola ou mesmo no interior da sala de aula, envolvendo o cotidiano da prática docente, comprovados em diversos estudos realizados nesta área.

As características do material didático, são complexas e nem sempre claras relações que ele estabelece entre produtores de um lado e professores e alunos de outro, e a realidade da educação brasileira indicam a impossibilidade de pensá-lo apenas como auxiliar do professor. O seu papel seria, na verdade, de mediador na relação professor, aluno e conhecimento. O material didático tanto recebe como sofre influência daquilo que ocorre (ou não ocorre) na sala de aula, sendo perfeitamente plausível a existência de influência recíproca entre a qualidade do material didático e a do ensino que ocorre em sala de aula (MESQUITA FILHO, 2012, p. 143).

Uma das maiores problemáticas na escolha dos livros didáticos é o conteúdo, linguagem e didática que cada livro possui, uma vez feito por editores que tem uma realidade mundial, que nem sempre atinge a dos alunos, sendo assim, cabe ao professor lidar com essas discrepâncias e selecionar o melhor livro dentro do edital do PNLD, próximo a realidade de seus estudantes.

Insaurriaga & Jardim (2015) explica que o Brasil por ser um país pertencente a grandes dimensões territoriais, de situação econômica e gestão bem distinta de um estado para outro, torna a realidade escolar das populações que frequentam a escola um pouco complexa. Em muitas escolas do Brasil o livro didático é o único meio que o professor e seus educandos possuem como acesso a uma ferramenta de suporte para auxiliar nas suas pesquisas e aulas, em muitos lugares nem mesmo o livro didático chega nas escolas.

O Brasil de hoje ainda tem um grande desafio: uma educação que concilie, de um lado, a qualidade e excelência e, do outro, que pratique valores que contribuam para a democratização da sociedade. Todos temos – mesmo que apenas empiricamente – uma ideia das dificuldades pedagógicas, econômicas e políticas, como se fossem “nós cegos”, que precisamos enfrentar e desatar para que esse grande desafio seja superado. Do mesmo modo, são muitas e diferentes as perspectivas que estão em frequente disputa para interpretar e propor novas estratégias, tais como pontas soltas que devemos nos esforçar para convergir e “amarrar” (LORDÊLO & DAZZANI, 2009, p. 7).

De acordo com Matos Neto et al. (2005) o livro possui uma metodologia de ensino-aprendizagem que ajuda o aluno na compreensão de diferentes formas de leitura e na análise de diversas formas de escrita, além de contribuir para que o aluno reflita sobre o dia-a-dia. O foco do livro não é apenas um conteúdo atraente, mas também fontes iconográficas e capa, sendo que estes elementos estão organizados de uma forma que prendem a atenção dos alunos. Os exercícios também auxiliam no desenvolvimento da capacidade de debate e reflexão dos problemas do cotidiano.

Os programas de material didático do governo federal, em particular o PNLD, têm a intenção de contribuir para a garantia de materiais didáticos de qualidade, disponíveis para subsidiar o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem nas escolas (ZAMBON & TERRAZZAN, 2012).

Sem dúvida, alguns fatores determinam o anonimato do livro didático. O primeiro deles refere-se à sua natureza, que determina em certo sentido o seu destino final. Livro feito para ser usado em certa série ou grau de ensino, vai sendo descartado na medida em que cumpre sua finalidade escolar. O segundo relaciona-se à especificidade da leitura, que é profundamente marcada por sua natureza, e o terceiro deve-se a um tipo de mentalidade dominante no Brasil, particularmente no que se refere ao tratamento que é dado à memória de modo geral e à educação em particular. Nesse sentido não vamos muito longe. Pouquíssimos são os espaços dedicados à preservação da memória nacional ou regional da educação. Daí a dificuldade que temos de acesso a fontes nessa área (CORRÊA, 2000, p. 12-13).

Como dificuldades encontradas apontadas em alguns estudos, destacam-se a falta de material, de infraestrutura, a desmotivação por parte dos alunos, a avaliação e a definição metodológica (TOKUYOCHI et al, 2008).

Para Brito (2007) muitas escolas dispõem de poucos recursos didáticos, como o quadro e giz como ferramentas de trabalho, outras já possuem um pouco mais de apoio financeiro e já dispõem de retroprojetores, *microsystems*, TV, vídeo cassete, DVD *player*, antenas parabólicas e, até, computadores, entretanto sabe-se que o uso desses recursos, muitas vezes, não chega aos alunos, seja por pouca quantidade, onde a realidade de material ofertada foge da realidade de materiais disponíveis, ocasionando o uso limitado desses recursos ou a falta de conhecimento técnico para trabalhar com os mesmos, além da falta de suporte técnico para enfrentar problemas comuns, que esses aparelhos possam apresentar, fazendo com que o professor fique sobrecarregado em suas funções, tendo que trabalhar horas além do necessário e em diversas áreas, que fogem de sua alçada. A situação se agrava quando o professor sabe manusear o aparelho, mas não sabe usá-lo didaticamente, utilizando-o, muitas vezes, apenas para preencher tempo.

De acordo com a pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Plano CDE (2015) as escolas públicas sofrem com excesso de alunos em sala de aula, basicamente trata-se de turmas grandes e heterogêneas, que traz dificuldades para o trabalho dos professores, os quais afirmam não terem sido preparados para esta realidade. Na pesquisa realizada, foram identificadas turmas numerosas, jornadas de trabalho extensas para os professores e dificuldade de se trabalhar conteúdos interativos. Sendo que um dos professores entrevistados, afirmou trabalhar semanalmente com 19 turmas de cerca de 45 alunos cada, totalizando mais de 800 alunos.

Portanto, justifica-se o estudo de caso para observar qual a principal dificuldade dos professores na hora de escolher o livro didático e principalmente na hora de utilizá-lo em sala de aula, levando em consideração a opinião dos alunos sobre as decisões impostas pelos professores,

objetivando expor os pontos negativos no processo ensino-aprendizagem e apontando recursos e ideias para a solução do problema.

### 5.1.2.Objetivo Geral

Esclarecer como ocorre o processo de utilização do livro didático como recurso metodológico no ensino fundamental II na Escola do município de Santana do Araguaia-PA.

### 5.1.3.Objetivos Específicos

- Caracterizar o processo de seleção do livro didático para o nível fundamental II no município de Santana do Araguaia-PA;
- Identificar as principais dificuldades percebidas pelos professores nas práticas educativas diárias;
- Definir os principais problemas e dificuldades dos estudantes na aprendizagem dos conteúdos diante da linguagem utilizada pelos livros didáticos;
- Avaliar a importância do livro didático sob a influência de novas tecnologias.

## 5.2.METODOLOGIA

### 5.2.1.Pesquisa qualitativa

Para Minayo (2009, p. 27) a investigação qualitativa se caracteriza por ter caráter exploratório optando por uma coleta de dados dinâmica e flexível, que visa a compreensão das intenções, percepções e atitudes de um grupo em estudo em função de um determinado problema a ser estudado, sendo assim, uma descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações.

Tendo como instrumento principal o próprio pesquisador que deverá fazer a transcrição fidedigna dos fatos utilizando-se de uma abordagem interpretativa dos dados e tendo este o próprio ambiente natural da pesquisa como fonte direta destes dados.

### 5.2.2.Estudo de caso

O estudo de caso, como em outras estratégias de pesquisa, representa um modo de se investigar um problema empírico adotando um conjunto de procedimentos pré-definidos conforme o objeto a ser pesquisado, mas que, dependendo do tipo da questão de pesquisa pode apresentar vantagens e desvantagens assim como em qualquer outro método de pesquisa.

Uma das vantagens em se utilizar o estudo de caso como método de pesquisa é o fato deste permitir uma vasta variedade de fontes de dados que

podem ser recolhidos de diversas formas como entrevistas, fotos, documentos e outros em momentos e situações diferentes.

Uma das desvantagens questionadas por alguns pesquisadores sobre estudo de caso se dá pelo fato de não utilizar-se de um certo rigor científico durante a aquisição dos dados.

Para Yin (2004) o estudo de caso contribui de forma inigualável para a compreensão dos fenômenos inseridos em um contexto de vida real e, se adequa melhor em pesquisas que se colocam as questões como e por que, geralmente em situações em que o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos.

De acordo com Yin (2004, p.21) o estudo de caso permite observar os principais pontos de uma situação, pensando em preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e maturação de alguns setores.

Desse modo a pesquisa feita pelo estudo de caso busca a formulação de uma teoria explicativa para uma determinada realidade observada.

### 5.3. LOCAL DE ESTUDO E PARTICIPANTES

#### 5.3.1. Local de estudo

O estudo foi realizado nas dependências da Escola Municipal de Ensino Fundamental Therezinha Abreu Vita situada à Rua Gilberto Carvelli s/n, centro, no município de Santana do Araguaia-PA, Brasil.

A escola possui fisicamente em suas dependências banheiros feminino e masculino, biblioteca, sala para professores, secretaria, sala de

coordenação, sala de diretoria e um total de 11 salas de aula destinadas a alunos do ensino fundamental I e II que funcionam durante os turnos matutino, vespertino e noturno, sendo que o último é destinado apenas ao ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA), por tal motivo a pesquisa será aplicada apenas nos turnos matutino e vespertino.

### 5.3.2.Participantes

Os participantes do estudo foram os professores e alunos do ensino fundamental II das turmas 6º A, 7º B, 8º C, 9º A do turno matutino e as turmas 8º D e 9º C do turno vespertino.

Foram escolhidos de forma aleatória para entrevista cinco alunos de cada turma, somando um total de 30 alunos.

Quanto aos professores participaram um professor de cada disciplina das respectivas turmas, somando um total de 13 professores todos com formação em sua área específica de atuação.

### 5.4.TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS A UTILIZAR

A coleta dos dados se deu através de entrevista semiestruturada, por assim entender que tal técnica favorece o intercâmbio entre entrevistado e entrevistador e tal fato beneficia ainda mais na obtenção das informações pretendidas pela investigação, pois durante sua execução a mesma nos

apresenta novos questionamentos em função das respostas dada pelos entrevistados.

A entrevista é uma técnica privilegiada da comunicação que contribui para a obtenção de informações sobre determinado tema e pode ser considerada até mesmo como uma conversa entre duas pessoas onde o entrevistador pode captar a fala propriamente dita e suas entonações.

#### 5.5.TÉCNICAS DE TRATAMENTO DE DADOS A UTILIZAR

Foram utilizadas duas práticas principais no tratamento dos dados, sendo elas: tabelas e gráficos para ilustrar os dados processados e discutidos em textos, relacionando e comparando-os com outras pesquisas de caráter qualitativo.

#### 5.6.CONFIABILIDADE E VALIDADE

Antes da aplicação do guião de entrevista, foi realizado um estudo e planejamento das principais questões que envolve o sistema ensino–aprendizagem, logo, o questionário aplicado no estudo de caso foi realizado com o intuito de levantar as principais questões problemáticas enfrentadas nas escolas públicas, baseadas em estudos e pesquisas feitas em diversas áreas do sistema de ensino-aprendizagem das escolas públicas brasileiras. Adotando técnicas de caráter exploratória e confirmatória.

Apesar da pesquisa ter caráter qualitativo na maior parte, leva-se em consideração o quantitativo em algumas perguntas feitas no questionário, perguntas objetivas e diretas para a tabulação de dados levantados.

A pesquisa foi realizada no mês de outubro e os dados tabulados no mesmo período, a seleção foi feita de forma aleatória para evitar que não haja indução nos resultados obtidos.

## 6. CAPÍTULO V - ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Foram feitos dois guiões de entrevista, sendo um para o corpo docente, que segue como apêndice I e outro para o discente, que segue como apêndice II, aplicados em uma população de 30 estudantes e 13 professores, selecionados aleatoriamente. Onde ambos mostram a sua perspectiva diante do uso do livro didático e do processo de escolha.

### 6.1. AS PERCEPÇÕES DOS ALUNOS

Criou-se 8 perguntas para os alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Therezinha Abreu Vita, entre as perguntas realizadas, foram questionados pontos positivos e negativos dos livros didáticos, nível de satisfação e funcionalidade.

**Quadro 2:** Percepção dos alunos.

Estudantes	Pontos Positivos	Pontos Negativos
1	“Eles nos ajudam a entender os assuntos que o professor fala e às vezes a gente não entende, aí a gente olha no livro pra poder	“Os capítulos são muito grandes aí é ruim pra estudar pra prova.”

	entender.”	
2	“Ah! Eles tem muitas coisas boas, assim interessantes pra nós estudar.”	“Eu gosto de tudo...de quase tudo, por que não gosto dos exercícios (risos).”
3	“É que eles nos ensina.”	“Eu gosto de tudo.”
4	“Dos desenhos, às vezes tem umas historinhas que ensina mais, a gente entende melhor, porque tem vez que a gente não entende quando o professor fala.”	“É porque a gente não pode responder neles, tem que copiar no caderno ai é ruim “ <i>affs</i> ”, às vezes nem faço.”
5	“Que o livro seja colorido e às vezes é preto e branco, eu gosto quando os quadrinhos é preto e	“Os textos é muito ruim. A gente tem que lê e eu não gosto de lê.”

	branco.”	
6	“Eu gosto muito das historinhas, eu acho legal quando tem.”	“É muita coisa pra estudar e tem coisas que eu não entendo.”
7	“As tirinhas e as coisas que eles ensina pra gente.”	“Não tem nada que eu não goste, por que nós tem que aprender.”
8	“Eu gosto mais dos textos as imagens que vem nos textos.”	“Às vezes as questões não vem explicando direito.”
9	“Não sei.”	“Não sei.”
10	“Eu gosto de tudo, principalmente quando não tem as capas nem as páginas rasgadas.”	“A maioria dos livros que recebemos é rasgado tudo velho e sujo.”

11	<p>“Tem umas brincadeirinhas e a gente aprende muito com os livros é bom pra conseguir emprego depois.”</p>	<p>“Dos textos nas aulas de português, tem que ler na frente da classe é ruim oh vei (risos).”</p>
12	<p>“Eu gosto das histórias que tem nos livros.”</p>	<p>“Não gosto quando tem interpretação de textos.”</p>
13	<p>“Os textos que tem as atividades que ajuda muito a entender o assunto.”</p>	<p>“Eu não gosto quando tem uns textos que são muito resumidos, aí não gosto.”</p>
14	<p>“Os exemplos que tem, os desenhos também ajuda você a imaginar.</p> <p>Fica melhor pra entender na hora de responder as questão.”</p>	<p>“De fazer os exercícios.”</p>
15	<p>“Os livros ajuda a</p>	<p>“Nada não.”</p>

	entender o que os professor fala.”	
16	“Tem vários desenhos que me ajudam. Não fica só nessa de ter só tarefa.”	“Não. Nada.”
17	“Porque a gente pode levar pra casa e responder e escrever sem dificuldade. Depois que os três anos passa a gente pode usar o livro como fonte de pesquisa.”	“Eu gosto dos livros didáticos e gosto de todas as coisas que há nele.”
18	“As características que eu gosto se chama leitura.”	“Eu não gosto de algumas histórias que tem nos livros.”

19	“Eu gosto nos livros mais são as leituras e os desenhos.”	“Eu gosto nos livros é ter uma leitura e não ter o desenho para acompanhar.”
20	“Eu gosto por causa que ele nos trás conhecimento.”	“Eu não gosto porque às vezes a gente pega ele todo rasgado.”
21	“Que a gente aprende muito abaixo do aprendizado, a gente precisa aprender mais e mais.”	“De tudo, tudo é ruim, a gente não aprende nada.”
22	“Eu acho ele legal, pois todos os livros contam coisas bem legais, e explica também tudo que esta escrito ali.”	“Eles explica tem os exemplos, às vezes a gente com dificuldade, só lê o exemplo, que tiramos a dúvida.”

23	“Acho tudo legal.”	“Não gosto de alguns conteúdos e de algumas tarefas.”
24	“Alguns livros são meio rasgados.”	“Alguns livros de matemática as contas são muito ruim.”
25	“As tirinhas informações que normalmente se encontram ao lado do texto, essas informações ajudam bastante.”	“Eu não gosto de algumas perguntas das atividades, por que as vezes eu não consigo responder.”
26	“Gosto por que ele nos ajuda durante toda a nossa vida no nosso aprendizado.”	“Eu gosto mais dos livros que tem atividades, tem uns que só tem texto.”
27	“Eu gosto da maneira que eles explica dos <i>box</i> que se tiver alguma duvida, só lê, que logo entende sobre o	“Das atividades que eu não entendo, que é complicado.”

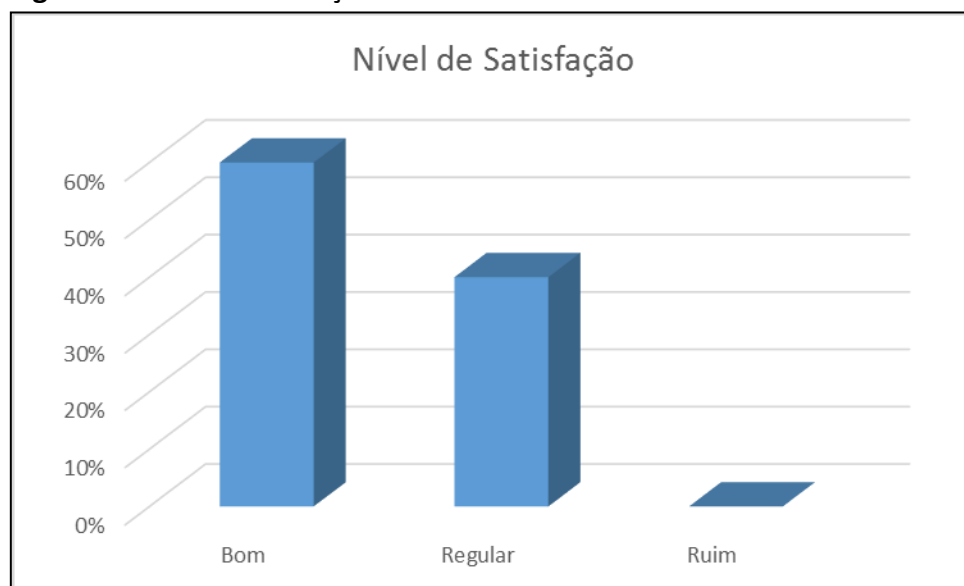
	assunto.”	
28	“No livro de português gosto muito dos textos, que sempre tem algo interessante e nos outros gosto do box que encontro lá tem muitas informações.”	“As imagens porque elas não expressa muito o que está nos textos, muitas das vezes.”
29	“Os box ajudam muito no entendimento de um certo assunto.”	“Às vezes tem algumas perguntas que não entendemos. Então em alguns casos as perguntas tinha que vir mais explicado e detalhado.”
30	“Trazem muitas atividades, tem muito conteúdos, possuem muita informação em	“As atividades tem de serem copiadas e respondidas no caderno, o que

	relação a critica , vivendo em sociedade entre outras.”	consome muito tempo da aula, às vezes, tem muito conteúdos repetitivos, entre outros.”
--	---	--

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2016).

Os alunos apresentaram satisfeitos em relação ao livro didático que possuíam, de forma geral, como mostra na Figura 6, onde apresenta-se o nível de satisfação do livro didático adotado na escola.

**Figura 6:** Nível de Satisfação dos estudantes.



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2016).

60% dos alunos inquiridos, mostraram-se satisfeitos com o livro didático e apenas 40% achou regular, isso mostra que os professores desta

unidade escolar estão mais cientes de sua realidade e estão conseguindo atingir seus objetivos, no quesito nível de satisfação, entretanto ainda há muito o que melhorar, as principais queixas tratavam-se de capítulos muito longos e subjetivos, o que é uma característica bem prática dos livros didáticos, diferente das apostilas didáticas utilizadas em sua grande maioria em escolas particulares.

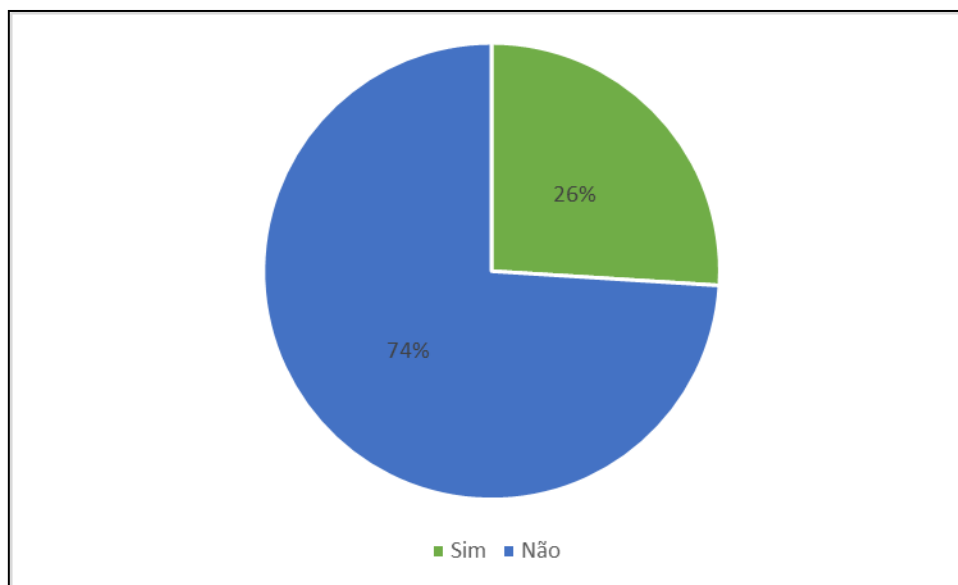
Outras queixas relevantes tratavam-se dos exercícios propostos nos livros, na dificuldade de interpretação e nível de dificuldade para responder, além do fato de não poder rabiscar e/ou rasurar o mesmo, ou seja, sempre ter que repassar todo o questionário ou somente respostas para o caderno, o que acaba consumindo muito tempo do período da aula. Outros relataram do relaxo dos usuários passados dos livros, que acabaram rabiscando, rasurando e/ou rasgando o mesmo. Todas essas questões são pertinentes e influenciam diretamente e indiretamente no dia-a-dia do aluno e professor. Observou-se também que alguns dos alunos preferem textos e atividades mais práticas, que a falta da prática de leitura é bem tendente entre o corpo discente.

Entretanto, os alunos mostraram que às vezes o livro pode ser mais didático que a aula, alguns explicam que em alguns casos o livro é mais simples e compreensível que a linguagem utilizada pelo professor em sala de aula. E que a maioria dos textos que vem acompanhados de histórias em quadrinhos, figuras, desenhos e etc., facilitam o processo de aprendizagem.

Destacou-se também que o uso de atividades acompanhadas dos textos, pode facilitar a compreensão do texto e que alguns se empolgam mais e cuidam melhor do seu livro quando o recebem em bom estado. Outra característica muito citada foram os “*box*” que são caixas onde se explica objetivamente algum fato que esteja no livro, alguns evidenciaram que essas “*box*” são extremamente úteis para facilitar a compreensão de uma atividade ou interpretação de texto.

Outra questão avaliada foi a praticidade do livro didático, se havia dificuldades em seu uso ou não, como mostra na Figura 7.

**Figura 7:** Dificuldades em fazer o uso do livro didático.

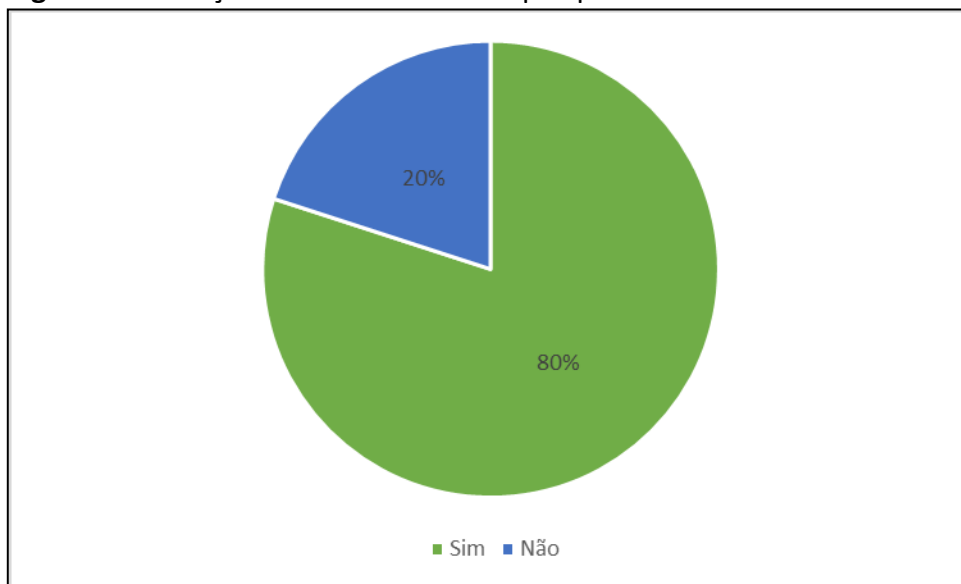


**Fonte:** Elaborado pelo autor (2016).

Dos 30 entrevistados, 74 % garantiu não ter dificuldades em utilizar o livro e dentre os 26 % que responderam sim, as maiores dificuldades apontadas pelos mesmos foram nos livros de língua estrangeira, pois necessitam do dicionário para poder realizar a leitura do mesmo e por fim conseguir responder suas atividades e compreender os textos. Além da língua estrangeira, citou-se a dificuldade em realizar as lições de casa e atividades em sala de aula, além de queixar-se sobre os livros rasgados, que impossibilitam a leitura do livro, apesar das escolas realizarem orientações sobre os cuidados dos livros.

E por fim avaliou-se que outros meios de pesquisa os alunos utilizavam além do livro didático, na Figura 8 apresenta-se os dados.

**Figura 8:** Utilização de outros meios de pesquisa.



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2016).

A inclusão digital está cada vez mais presentes na vida social e educacional, sendo que 80% dos entrevistados declararam utilizar outro meio de pesquisa e estudo para auxiliar as suas atividades e compreensão da aula dada, dentre as alternativas de pesquisas, a maioria respondeu que o meio mais utilizado é a internet através de computadores e celulares.

Poucos procuraram outros livros e meios didáticos, esses dados tornam-se preocupantes, pois significam que aproximadamente 80% dos entrevistados, não frequentam a biblioteca atrás de livros alternativos que possam auxiliar suas atividades e entendimento da disciplina, em nenhum dos casos também foi citado qualquer tipo de monitoria ou atividades de reforço, ou seja, grande parte está absorto de apenas dois meios de estudos. Apesar que a internet é uma grande aliada nesse processo, se usada corretamente.

Um estudo feito por Brasil (2008) observou-se que havia um grupo de estudantes que não gostavam de ler poesia, “porque é muito difícil, complicado”. Sendo assim, preferiam livros de história, aventura, ação e romance e materiais com lendas regionais. Comédia, terror e aventura

também foram indicados, e um estudante declarou que gostava de clássicos e que entre as suas preferências encontravam-se obras como A Divina Comédia de Dante, Hamlet e Sonhos de uma noite de verão de Shakespeare. Livros como: Capitães da Areia de Jorge Amado, O estudante, Confissões de estudante e O Código da Vinci também foram citados neste estudo. Alguns apontaram os livros diáticos como os de história e geografia, apontando a importância para as tarefas de sala de aula, e que só realizavam leituras indicadas pelo professor para pesquisas, ou seja, para tarefas escolares. Nesse mesmo estudo, os bibliotecários apontaram que os estudantes do EJA possuíam uma preferência por livros bíblicos ou de auto-ajuda.

Esta realidade não é muito diferente da vivida na Escola Municipal de Ensino Fundamental Therezinha Abreu Vita, uma vez que os alunos que mais demonstram interesses em leitura do livro didático ou em até mesmo nos livros disponíveis na biblioteca são aqueles que possuem um apoio e incentivo maior dos pais.

## 6.2. AS PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES

Para avaliar a diferença de opiniões do corpo discente e docente, aplicou-se um guião de entrevista semelhante ao dos alunos (Apêndice II), neste caso, para saber a opinião dos professores em relação ao uso do livro didático dentro de sua disciplina. Foram inquiridos 13 professores, sendo: 3 de Geografia, 2 de Matemática, 2 de História, 2 de Português, 1 de Artes, 2 de Ciências e 1 de Inglês.

**Quadro 3:** Opinião dos Professores sobre os livros de suas disciplinas.

Professores	Pontos Positivos	Pontos Negativos
Português 1	“Os textos.”	“Ah! Quase não vem exercícios para a gramática e ortografia

		isso dificulta muito.”
Português 2	“A distribuição dos conteúdos por categorias afins, a atualidade das questões propostas e os questionários.”	“As respostas em encarte separado. É melhor quando vem abaixo das questões.”
Matemática 1	“A apresentação de novos exercícios e a dinâmica para a exposição de conteúdos.”	“Os conteúdos expostos difere muito da realidade de nossos alunos.”
Matemática 2	“As questões propostas são muito boas, vem bem contextualizadas faz com que os alunos entendam melhor a aplicação dos assuntos, por que eles tão sempre perguntando pra que, que serve isso?...ou quando é que vou usar isso?”	“A sequência lógica dos conteúdos não é muito boa. Principalmente quando junta álgebra e geometria isso dá um nó na cabeça dos alunos.”
Ciências 1	Se absteve.	“São livros com poucos exercícios, assim os alunos não conseguem desenvolver seu raciocínio.”
Ciências 2	“Os livros são bem atualizados, e com conteúdos bem dinâmicos. Isso faz com que os alunos participem mais.”	“As respostas embutidas no final do livro. Por que os alunos as vezes nem tentam responder, eles já vão direto lá. Isso atrapalha

		no entendimento que eles poderiam ter do assunto.”
Geografia 1	“O fato das contextualidades, ajuda muito no entendimento do assunto e na hora de resolver os exercícios.”	Se absteve.
Geografia 2	“Gosto das ilustrações as vezes ajuda os alunos a compreenderem os assuntos, tem umas coisas que não são da região ai só as figuras pra socorrer (risos). As sugestões de estudos que alguns livros apresentam também são úteis.”	“A classificação dos assuntos deveria escolher assuntos mais atuais que despertasse o interesse dos alunos.”
Geografia 3	“Ele aborda muito temas atuais e diversos temas para os alunos.”	“Seus temas são muito resumidos e só apresenta a introdução, faltando uma certa aplicação.”
História 1	“Nada.”	“A realidade do livro não condiz com a realidade local e/ou regional de nossos alunos.”
História 2	“A sequência lógica dos conteúdos adotada pelo livro, embora não	“O livro didático não condiz com a nossa

	aborde todos os conteúdos.”	realidade, aí em algumas atividades o aluno fica perdido.”
Artes	“Ainda não temos o livro de artes, só a partir do ano que vem é que o MEC vai disponibilizar.”	Não se teve resposta.
Inglês	“O livro vem bem contextualizado e a existência de tirinhas ajuda os alunos a entenderem melhor os assuntos.”	“Poucos exercícios, quase não tem.”

### 6.2.1.Geografia

O livro didático, frente às atuais condições de trabalho do professor de geografia, torna-se cada vez, mas um instrumento, senão indispensável, pelo menos necessário como complemento de atividades didático-pedagógicas, devendo ser utilizado apenas como um recurso entre tantos disponíveis (CASTROGIOVANNI & GOULART, 1999, p. 129).

Quanto a análise inicial, os três professores entrevistados declararam os livros de geografia como regulares, as características positivas tratavam-se do fato das contextualidades, que ajuda no entendimento da matéria e na resolução dos exercícios.

Assim como os alunos, os professores também apontaram que o uso das ilustrações ajuda os alunos a compreenderem os assuntos, principalmente quando o conteúdo é de outra região fora da realidade deles. As sugestões de estudos que alguns livros apresentam também são uteis a distribuição dos

conteúdos por categorias afins, a atualidade das questões propostas e os questionários.

Rua (1998) explica que a geografia é capaz de analisar a segregação social no espaço urbano, isto é, a diferença de conteúdos sociais, nas diferentes parcelas desse espaço. Essa avaliação pode ser a chave para os professores analisarem a situação, e tentarem apaziguar as diferenças sociais dentro da sala de aula e melhorar a comunicação com a turma.

De acordo com Pina (2009) há várias metodologias que estão sendo propostas para o ensino de Geografia, algumas dessas trazidas pelos próprios livros didáticos, os mais inovadores que alicerçados nos ideais do construtivismo e das concepções críticas para o ensino de Geografia condenam a tradicional prática da leitura, seguida de uma explicação precária guiada na maior parte pelo exercício em forma de questionário que deverá ser feito posteriormente. Estes livros propõem debates, sensibilização do tema por meio de leitura e interpretação de imagens, mapas, músicas, poemas e outros que possam relacionar-se com o cotidiano dos estudantes. Alguns desses livros didáticos também destacam a importância da aula de campo, de estudos do meio, de pesquisas direcionadas com a comunidade, assim como também a construção de exercícios e materiais práticos para a vida dos estudantes.

As características desfavorecidas citadas pelos professores tratavam da classificação dos assuntos combinados, que eram ultrapassados da realidade, sendo temas que foram abordados de forma resumida e breve, sendo insuficientes para a absorção do conhecimento dos alunos.

Dos três professores da disciplina, somente dois participaram da escolha do livro, dentre os critérios utilizados foram levados em consideração por eles os textos, atividades propostas e atualidades, entretanto segundo relatos, nem sempre o MEC manda a opção desejada por eles. O livro didático é sempre utilizado nas aulas destes professores, logo um bom livro é essencial para facilitar o processo ensino-aprendizagem, observou-se que na disciplina de Geografia Escola Municipal de Ensino Fundamental Therezinha Abreu Vita,

de forma geral, se houvesse o uso de um bom livro didático a aulas poderiam se tornar mais proveitosas para os dois lados, professores e alunos.

A principal dificuldade citada pelos mesmos foi em relação as respostas das atividades, por nem sempre serem objetivas, mas com exceção disto a maioria o utiliza sem dificuldades, mas para superá-las utiliza-se outras alternativas multimídias para facilitar as aulas como: retro-projetor, slides, aulas de campo, internet e etc.

### 6.2.2. Matemática

Assim como os professores de Geografia, os de matemática também classificaram seus livros didáticos como regulares, sendo que as principais dificuldades encontradas em salas de aula tratam-se das sequências de lógica dos conteúdos, que diferem bastante da realidade encontrada dos alunos, a grande maioria ainda tem dificuldade com a matemática básica, o que dificulta o aprendizado quando precisa-se avançar em um conteúdo mais complexo como álgebra e geometria.

Entretanto as questões propostas foram avaliadas positivamente, pois instigam o aluno a questionar mais e querer entender a matéria. Somente um dos professores participou da escolha do livro e o critério utilizado na escolha foi nível de dificuldade dos exercícios e autores reconhecidos. Apenas um dos professores encontrou dificuldades no uso do livro, porque quanto o nível da questão é aumentado dificilmente eles irão conseguir responder, além do mais, nem sempre os estudantes acompanham as aulas com os livros. No Quadro 3 expõe a opinião dos professores sobre a qualidade do livro didático utilizado na sala de aula deles.

Para facilitar esse processo, ambos professores utilizam outros materiais para facilitar suas aulas, sendo livros diferentes, listas de exercícios mais próximas da realidade dos alunos e o uso de calculadoras.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), um dos documentos que rege a educação brasileira, aponta que “parte dos problemas referentes ao ensino de matemática está relacionada ao processo de formação do magistério, tanto em relação à formação inicial como à formação continuada” (BRASIL, 1997, p.22), pois as práticas na sala de aula tomam por base o livro didático, o qual, muitas vezes, é de qualidade insatisfatória (CAMPOS & MONTOITO, 2010).

Em estudo realizado por Costa & Allevato (2010) os professores se reuniram por séries e realizaram um levantamento dos conteúdos de Geometria comuns nos livros, ou seja, dos conteúdos que eram apresentados em todos os livros didáticos que utilizam em sala de aula. Após o processamento de informações feitas pelas professoras, levantou-se o seguinte questionamento: esses conteúdos estão de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e com a Proposta Curricular do Estado de São Paulo? As professoras do ensino fundamental citaram que os conteúdos não estavam totalmente de acordo com o que é solicitado pelos PCNs, foi pedido, então, que listassem ao menos aqueles que estavam de acordo com o documento, sendo assim também listaram os conteúdos de Geometria que são citados pelos PCNs para serem desenvolvidos nos anos iniciais do Ensino Fundamental e que não eram abordados pelos livros didáticos analisados. As professoras das quartas séries concluíram que o livro didático usado não contemplava os conteúdos indicados nos PCNs; oferecia apenas alguns tópicos de Geometria Plana e de forma superficial; não proporcionava, ao aluno, meios para desenvolver habilidades importantes tais como: experimentação, constatação, conjecturas e análises. Destacaram, também, que o autor concentrava a Geometria em apenas uma unidade do livro. Além disso, observaram a ausência de conteúdos de Geometria Espacial, uma vez que o livro não oferecia conteúdos referentes às relações espaciais e às figuras tridimensionais. As professoras concluíram em suas observações que o livro que elas trabalhavam em sala de aula estava incompleto, no que se refere aos conteúdos de Geometria propostos pelos Parâmetros

Curriculares. As análises apresentadas pelas professoras permitiram constatar que, mesmo depois de vários encontros, algumas delas não conseguiam diferenciar as atividades de números, ou mesmo de medidas, das atividades de Geometria, principalmente as professoras da primeira série.

Segundo Brasil (2010) a elaboração do material didático envolve concepções sobre educação e a respeito da Matemática e sua aprendizagem. São essas concepções que também devem orientar a escolha de uma obra didática e a condução do trabalho docente por linhas metodológicas próprias, sendo que a maioria dessas obras não usa metodologias bem definidas. Uma das principais problemáticas expostas em estudos feitos por especialistas e no próprio estudo de caso em questão. Se o livro didático tiver metodologias bem aplicadas, elas podem empregar uma diversidade como a chamada metodologia de “ensino tradicional”, a de resolução de problemas, ou a de modelagem matemática.

Porém, mesmo havendo toda essa análise sobre o livro didático de matemática que chega as escolas públicas brasileira, não é possível encontrarmos uma uniformidade na base curricular nacional com adequações regionais. Assim, dificultando a escolha para adoção por parte de alguns professores, que levam em consideração as sugestões dos Parâmetros Curriculares Nacionais, e são os próprios livros que impõe um currículo (SILVA JÚNIOR, 2007).

De acordo com Brasil (2015), o objetivo da publicação no diário oficial da união é apenas divulgar a relação de livros aprovados de Matemática presentes nos editais, porém não há descrições dos livros nesta divulgação.

### 6.2.3. História

Ambos professores acharam o livro didático de história regular e não fizeram parte da seleção do livro, observou-se bastante insatisfação quanto

ao uso do livro, pois a realidade do mesmo não condiz com a realidade local e/ou regional dos alunos, deixando os alunos improdutivos na disciplina, pois os livros tem uma linguagem complexa, que gera má interpretação, atividades sem nexos, além da falta de sugestões de material complementar, além de enfrentar o mesmo problema que a disciplina de matemática, onde os alunos dificilmente levam os livros para as aulas.

De acordo com Fonseca (1999, p. 204) o livro didático tem como função atuar como mediador entre concepções e práticas políticas e culturais, tornando-se parte importante da engrenagem de manutenção de determinadas visões de mundo.

Na pesquisa realizada por Pastro & Contiero (2002), como instituição sistemática e compromissada com a realidade social, a escola e o ensino, e no caso estudado, o ensino de História, tem como finalidade propiciar aos alunos condições para a formação de indivíduos críticos, participativos e capazes de atuar na transformação da sociedade. Entretanto, essa não tem sido a realidade, provavelmente um dos instrumentos condicionadores deste *status quo*, entre outros tantos, tem sido os livros didáticos. Na maioria dos casos, os livros didáticos mostram a história pelos olhos da classe dominante, ocultando o outro lado, ou seja, a história das classes subalternas, como se elas não tivessem tido nenhuma importância ou participação na formação dos processos históricos. Neste sentido, podemos indagar sobre que tipo de história os estudantes brasileiros tem recebido. Trata-se de uma história a serviço das classes dominantes, atenta às coisas do passado, ocupando uma função ideológica dentro da estratégia da ordem, que reflete os interesses das classes que detêm o poder. O que reforça esta ideia é o fato de se procurar oferecer aos estudantes uma história elaborada a partir de fatos fragmentados que impedem a compreensão de processos como um todo, visando escamotear a dominação da classe existente. Uma história que omite o conflito entre as classes, não dando importância ao papel que o indivíduo ocupa no processo de produção.

#### 6.2.4. Português

O processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa é objeto de discussão em diferentes níveis, seja pelo Estado, por meio de aparelhos competentes, seja pela academia, entre professores e acadêmicos, e ainda pela escola, onde as práticas pedagógicas realmente se efetivam. Inúmeros estudiosos, de diferentes filiações teóricas, procuram trazer à tona os principais problemas que envolvem tal processo (TAGLIANI, 2011).

Quanto a disciplina de português, um dos professores achou o livro didático regular, porém não participou da escolha do livro, enquanto o outro o achou bom e participou da escolha do livro. Uma das características positivas foram os textos e a distribuição dos conteúdos por categorias, além do material atualizado. A maior dificuldade encontrada trata-se das questões de ortografia e gramática, o livro concentra e trabalha mais a parte de interpretação de texto, porém é falho no outro quesito.

Segundo Brasil (2016, p.15), considerando os critérios gerais para a seleção do livro didático, ao se tratar da língua portuguesa, tem-se:

- a) explicitar clara e corretamente as concepções de língua/linguagem e de ensino/aprendizagem que adota, assim como os princípios teórico-metodológicos assumidos e os objetivos da proposta didático-pedagógica;
- b) manter-se coerente com os princípios e objetivos dessa proposta, respeitando os preceitos que lhe dão identidade e que permitem não só identificá-la, mas compreender seu alcance e operá-la de forma adequada;
- c) descrever com precisão e funcionalidade, do ponto de vista dos usuários visados, a organização geral da proposta;
- d) explicitar e justificar, no caso de recorrer a mais de um modelo didático-metodológico, o arranjo proposto, indicando claramente a articulação entre seus

componentes; isso é especialmente necessário no caso das coleções destinadas aos três primeiros anos, cujos objetos de ensino-aprendizagem, relacionados ao letramento e à alfabetização, demandam, por sua natureza diversa, tratamentos didáticos específicos;

- d) desenvolver as capacidades inerentes à leitura e à produção da escrita, à compreensão e produção de textos orais e à reflexão sobre a língua e a linguagem.

Quanto a sua organização didático-metodológica, aos seguintes critérios:

- a) selecionar e articular os conteúdos de forma a garantir a progressão do ensinoaprendizagem;
- b) solicitar do aluno o uso das funções cognitivas requeridas para a elaboração de novos objetos de conhecimento, respeitando a progressão necessária a essa elaboração;
- c) oferecer suportes para o exercício de operações de nível superior (análise, síntese, resolução de problemas);
- d) favorecer a integração e a interpretação dos novos conhecimentos no conjunto sistematizado de saberes;
- e) orientar os professores no que diz respeito à identificação e à avaliação dos conhecimentos adquiridos pelo aluno.

Relativos à natureza dos textos selecionados:

- a) a seleção textual deve justificar-se pela qualidade da experiência de leitura que possa propiciar e não pela possibilidade de exploração de conteúdos curriculares; os pseudo-textos, criados única e exclusivamente com objetivos didáticos, são inaceitáveis;
- b) os gêneros discursivos presentes na coleção devem ser representativos da heterogeneidade do mundo da escrita, inclusive no que diz respeito a registros, estilos e variedades (sociais e regionais) do Português;
- c) os textos da tradição literária de língua portuguesa são imprescindíveis, especialmente os da literatura brasileira;

d) os autores devem ser representativos de diferentes tendências, estilos e/ou movimentos;

e) no caso dos volumes que compõem a coleção de Letramento e Alfabetização, a presença de textos da tradição e da literatura oral é imprescindível;

f) também é imprescindível a presença de textos pertencentes a esferas socialmente mais significativas de uso da linguagem (como a jornalística, a científica etc.);

g) entre os textos selecionados, os integrais devem comparecer em quantidade significativa; no caso dos fragmentos, é de fundamental importância que a unidade esteja preservada e que os cortes sejam adequadamente assinalados;

h) as fontes completas de cada texto ou fragmento precisam vir claramente indicadas;

i) a coleção deve incentivar professores e alunos a buscarem textos e informações fora dos limites do próprio livro didático.

No trabalho com o texto, em qualquer de suas dimensões, é fundamental a diversidade de estratégias, assim como o alcance e a articulação entre os vários aspectos envolvidos. As coleções destinadas aos três primeiros anos devem apresentar propostas e atividades capazes de propiciar ao ensino-aprendizagem escolar:

a) a organização de práticas pertinentes e adequadas de letramento, que levem o aluno a conviver com diferentes funções da escrita e a reconhecer e assimilar características, instrumentos e recursos próprios da cultura da escrita;

b) a compreensão dos princípios que regulam a escrita alfabética, por meio de atividades de análise e reflexão sobre as propriedades sonoras da fala e sua relação com os recursos gráficos da escrita;

c) o desenvolvimento da fluência, tanto na leitura e na escrita quanto nos práticas de linguagem oral de interesse escolar.

Portanto, letramento, alfabetização e desenvolvimento da proficiência oral e escrita, assim como a reflexão, a análise e a construção de conhecimentos linguísticos básicos decorrentes devem distribuir-se equilibradamente ao longo dos três volumes/anos em questão. Por outro lado, o tratamento didático dado a cada um desses eixos do ensino-aprendizagem deve não só atender aos critérios específicos correspondentes mas articular-se com os trabalhos previstos para os demais eixos, de forma a constituir uma única proposta pedagógica para o letramento e a alfabetização iniciais do aluno. Leitura As atividades de exploração do texto têm como objetivo geral a formação do leitor; e como objetivo específico, o desenvolvimento da proficiência em leitura.

Portanto, só se constituem como tais na medida em que:

a) encarem a leitura como uma situação efetiva de interlocução leitor/autor, situando a prática de leitura em seu universo de uso social;

b) colaborem para a reconstrução dos sentidos do texto pelo leitor, especialmente no que diz respeito à compreensão global;

c) explorem as propriedades discursivas e textuais em jogo, subsidiando esse trabalho com os instrumentos metodológicos apropriados;

d) desenvolvam estratégias e capacidades, tanto as envolvidas nos gêneros propostos quanto as inerentes à proficiência que se pretende levar o aluno a atingir. Produção de textos escritos as propostas de produção de texto devem visar ao desenvolvimento da proficiência em escrita. Nesse sentido, não podem deixar de:

a) explorar a produção de gêneros ao mesmo tempo diversos e pertinentes para a consecução dos objetivos estabelecidos pelo nível de ensino visado;

b) considerar o uso social da escrita, evitando o exercício descontextualizado ou exclusivamente escolar da escrita e, portanto, propondo ao aluno condições plausíveis de produção do texto;

c) abordar a escrita como processo, de forma a ensinar explicitamente os procedimentos envolvidos no planejamento, na produção e na revisão e reescrita dos textos;

d) abordar e discutir as características linguísticas, discursivas e textuais dos gêneros propostos, não restringindo os subsídios e orientações fornecidos às indicações temáticas;

e) desenvolver as estratégias de produção envolvidas tanto no gênero proposto quanto no grau de proficiência que se pretende levar o aluno a atingir.

Oralidade Como objeto de ensino, a linguagem oral tem um papel estratégico, em LP. Caberá ao LDP, no que diz respeito a esse quesito:

a) favorecer o uso da linguagem oral na interação em sala de aula;

b) recorrer à oralidade nas estratégias didáticas de abordagem da leitura e da produção de textos, em especial nos livros de alfabetização;

c) explorar as diferenças e semelhanças que se estabelecem entre o oral e o escrito;

d) valorizar e efetivamente trabalhar a variação e a heterogeneidade linguísticas, situando nesse contexto sociolinguístico o ensino das normas urbanas de prestígio;

e) propiciar o desenvolvimento das capacidades e formas discursivas envolvidas nos usos da linguagem oral próprios das situações formais e/ou públicas pertinentes ao nível de ensino em foco.

O trabalho com os conhecimentos linguísticos objetiva levar o aluno a refletir sobre aspectos da língua e da linguagem relevantes tanto para o desenvolvimento da proficiência oral e escrita quanto para a capacidade de análise de fatos de língua e de linguagem. Por isso mesmo, seus conteúdos e atividades devem:

- a) justificar-se pela contribuição que possam dar à leitura, à produção de textos e à linguagem oral;
- b) estar relacionados a situações de uso e, portanto, ao processo de desenvolvimento das capacidades exigidas na leitura compreensiva, na produção de textos e no exercício da oralidade;
- c) considerar e respeitar as variedades regionais e sociais da língua, promovendo o estudo das normas urbanas de prestígio nesse contexto sociolinguístico;
- d) subsidiar as demais atividades com um aparato conceitual capaz de abordar;
- e) adequadamente a estrutura, o funcionamento e os mecanismos característicos dos diferentes gêneros de textos;
- f) abordar os conhecimentos relativos às convenções da escrita, como a pontuação e a paragrafação, articulando-os com a produção de textos;
- g) contemplar o ensino-aprendizagem das regularidades ortográficas e também das principais irregularidades;
- h) estimular a reflexão e propiciar a construção dos conceitos abordados;
- i) recorrer a informações e conceitos isentos de erros e/ou formulações que induzam a erros.

Além dos livros, os professores utilizam outros materiais para auxiliarem as suas aulas e não prenderem os alunos em somente uma ferramenta de estudo, faz-se o uso de apostilas, outros livros, revistas, jornais, material paradidático e internet.

Atualmente, os avaliadores dos livros didáticos que constarão no Guia têm como referência básica o atendimento aos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCNLP), o que equivale a dizer que deveriam apresentar um tratamento da língua voltado para uma concepção interacionista da linguagem (VOLMER & RAMOS, 2009). Com base nesses

critérios, Marcuschi (2000, p. 20) destaca alguns aspectos a serem observados pelos autores de livros didáticos de língua portuguesa:

- a) adoção do texto como unidade básica de ensino;
- b) produção linguística tomada como produção de discursos contextualizados;
- c) noção de que os textos distribuem-se num contínuo de gêneros estáveis, com características próprias e são socialmente organizados, tanto na fala quanto na escrita;
- d) atenção para a língua em uso, sem se fixar no estudo da gramática como um conjunto de regras, mas destacando a relevância da reflexão sobre a língua;
- e) atenção especial para a produção e compreensão do texto escrito e oral;
- f) explicitação da noção de linguagem adotada, com ênfase no aspecto social e histórico;
- g) clareza quanto à variedade de usos da língua e à variação linguística.

O surgimento do livro didático (LD), conforme Bezerra (2003), deve-se às transformações que o ensino de Língua Portuguesa sofreu. Inicialmente, tínhamos um ensino voltado apenas para as classes com elevado nível de letramento – professores e alunos de classes privilegiadas. Posteriormente, o ensino foi democratizado, porém os conhecimentos gramaticais dos envolvidos eram precários. Dessa forma, os manuais didáticos, que já existiam na forma de antologias, recebem nova “roupagem”, com o objetivo de suprir as deficiências dos professores. Atualmente, o uso de livros didáticos é bastante comum nas escolas e, em muitos casos, facilita sobremaneira a vida do professor, servindo de “tábua de salvação” para professores despreparados e/ou com sobrecarga de trabalho e assumindo o papel de sujeito no processo de ensino-aprendizagem (FREGONEZI, 2003).

### 6.2.5.Ciências

Os professores entrevistados acharam o livro didático regular, sendo que as maiores dificuldades na disciplina em relação ao uso do livro didático é a falta de exercícios e as respostas encontradas no final do mesmo, assim os alunos não se esforçam para compreender a matéria. Os maiores obstáculos encontrados pelos professores com a aplicação do livro é a dificuldade dos alunos de acompanhar o assunto que o livro transmite. Para integrar a matéria, faz-se o uso de apostilas, outros livros, internet e aulas práticas.

Em estudos feitos por Siganski et al. (2008) os professores que participaram do estudo acreditam que os estudantes não se tornam capazes de estabelecer relações entre os conceitos estudados em sala de aula e as situações reais do dia-a-dia, pois os conteúdos são apresentados nos livros didáticos, numa sequência linear e fragmentada. Essas observações são vistas com frequência em diversos estudos e escolas com diferentes níveis sociais, completando o estudo de Siganski, salientou-se a necessidade de reorganizar os conteúdos e, além disso, apontam como limitação a falta de atividades práticas apresentadas na maioria dos livros didáticos.

Para Megid Neto & Fracalanza (2003, p. 148) avaliando critérios para analisar e as coleções didáticas de Ciências sobre os livros que selecionados e/ou adotam, os professores indicam as principais características que devem estar presentes nos manuais escolares:

- Integração ou articulação dos conteúdos e assuntos abordados;
- Textos, ilustrações e atividades diversificados e que mencionem ou tratem situações do contexto de vida do aluno;
- Informações atualizadas e linguagem adequada ao aluno;
- Estimulo à reflexão, ao questionamento, à criticidade;
- Ilustrações com boa qualidade gráfica, visualmente atraentes, compatíveis com a nossa cultura, contendo legendas e proporções espaciais corretas;
- Atividades experimentais de fácil realização e com material acessível, sem representar riscos físicos ao aluno;

- Isenção de preconceitos socioculturais;
- Manutenção de estreita relação com as diretrizes e propostas curriculares oficiais.

### 6.2.6. Inglês

Em estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Planos CDE (2015) desde que os Estados e Municípios sigam as diretrizes dos PCNs e da LDB, estarão livres para tomar a maior parte das decisões sobre a oferta de Educação Básica e em especial da língua estrangeira, como a escolha da língua que será ensinada, o número de aulas de língua estrangeira por semana, a duração de cada aula, a grade curricular, as habilidades que serão trabalhadas, bem como outras características da oferta de línguas.

O ensino da língua estrangeira pertence à parte diversificada da Base Curricular Comum, o que significa que deve ser adaptado às realidades regionais, sendo que algumas redes optam por não oferecer língua inglesa (optando, ao invés disso, por oferecer o ensino de outras línguas). O fato de pertencer à parte diversificada faz com que a língua estrangeira seja menos regulamentada e muitas vezes considerada complementar dentro do currículo escolar. Esta situação confere ao inglês, quando é oferecido, um papel marginal na grade curricular, o que pode ser percebido pela carga horária menor da língua estrangeira, quando comparada à de outras disciplinas (INSTITUTO DE PESQUISAS PLANO CDE, 2015).

O livro didático da disciplina foi apontado como regular, o professor fez parte da seleção do livro, por ser o único professor de inglês na escola os critérios utilizados para a seleção do livro foram as abordagens didáticas e a qualidade do conteúdo, assim como os alunos apresentaram, foi apontado

pelo professor que o uso das tirinhas e quadros facilitam no aprendizado e entendimento dos alunos, porém a falta de exercícios é um ponto negativo, pois os estudantes não praticam o quanto deveriam.

Uma das dificuldades são os poucos dicionários que a escola possui, os alunos já possuem dificuldades para compreender a disciplina, pois não entendem o que o livro quer e são completamente dependentes do dicionário para compreender as atividades. Para facilitar a compreensão dos alunos, o professor faz o uso de imagens, recortes de revistas, jornais, internet, vídeos de músicas para treinarem a pronuncia, assim os alunos se envolvem mais com a aula e se tornam mais participativos.

O interesse em investigar a visão do aluno sobre o LD de inglês surgiu da nossa própria experiência profissional que tem mostrado alguns sinais de desinteresse dos estudantes com relação a este recurso de aprendizagem, em particular de alunos do ensino fundamental e médio. Algumas atividades impressas no LD deixam de ser realizadas como tarefa de casa ou perdem interesse diante do computador e de outras tecnologias que povoam o espaço e consomem o tempo dos alunos.

Em trabalho realizado por Xavier & Souza (2008) observou-se um descaso e/ou esquecimento do aluno em trazer o livro didático para as aulas. Porém, muitos professores não adotam mais o LD em suas disciplinas, principalmente pela falta de comprometimento dos estudantes com relação a esse material.

Para Sousa et al. (2010) ensinar a Língua Inglesa nas escolas públicas tem se tornado cada vez mais difícil para os profissionais que atuam nessa área, sendo que a realidade do ensino dessa disciplina no âmbito educacional público passou e passa por diversos problemas relativos à falta de material didático, à ausência de um ambiente propício para aprendizagem da Língua Inglesa e principalmente carga horária insuficiente para o ensino de uma língua diferente. Essas questões têm implicado direta e indiretamente na qualidade do ensino e aprendizagem de Língua Inglesa.

### 6.2.7.Artes

Dentro de cada critério pertinente ao Edital de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obras Didáticas para o PNLD 2016, aponta-se os critérios eliminatórios para a componente de Arte:

- a) promove a aprendizagem da Arte em seus vários campos artísticos de forma equilibrada;
- b) promove o respeito à diversidade cultural dos alunos;
- c) propõe diversidade de atividades que contemplam os vários campos artísticos: artes audiovisuais e visuais, dança, música e teatro;
- d) resgata a produção artístico-cultural de épocas passadas;
- e) contextualiza histórico-socialmente as diferentes manifestações de Arte entendidas como manifestações culturais de caráter antropológico;
- f) utiliza vocabulário técnico na descrição dos elementos integrantes dos diversos campos de expressão e de manifestações artísticas;
- g) proporciona a construção de conceitos específicos dos diferentes campos de expressão;
- h) estimula a produção de material cênico, audiovisual, visual e musical para o conhecimento na área de Arte; i) inclui propostas de atividades integradas específicas, que articulam os diferentes campos artísticos e outros campos de áreas afins;
- j) abrange a diversidade de manifestações culturais e seus registros;
- k) oferece referências para o ensino/aprendizagem da Arte, especialmente em suas expressões e manifestações regionais, de forma diversificada;
- l) promove abordagens interdisciplinares dos conteúdos e habilidades desenvolvidos pela prática artística, em suas diferentes formas;
- m) promove abordagens de fruição artística em todos os campos de expressão artística;
- n) desenvolve o pensamento artístico, ao relacionar o fazer, o fruir e o contextualizar produções artísticas;
- o) incentiva a busca e a integração de informações em diversidade de fontes idôneas;
- p) proporciona experiências produtivas de aprendizagem da Arte;

q) contempla, de forma articulada, os conteúdos pertinentes às diferentes manifestações artísticas, com ênfase para as artes audiovisuais e visuais, a dança, a música e o teatro;

r) promove a aprendizagem da percepção musical, envolvendo os parâmetros dos sons: altura, duração, intensidade e timbre, em exercícios que permitem à criança a identificação de elementos que a instiguem e a instrumentalizem à composição; contribui para o desenvolvimento da autonomia de pensamento, o raciocínio crítico e a capacidade de argumentar do aluno.

A disciplina de Artes só terá livros a partir de 2017, sendo assim cabe ao professor ir atrás do material de trabalho através da internet, para a seleção do livro do próximo ano foi levado em consideração os conteúdos e as questões propostas principalmente nas atividades.

O ensino/aprendizagem de Arte deve possibilitar às crianças e aos jovens a construção de conhecimentos que interajam com sua emoção, através do pensar, do fruir e do fazer arte, pois Arte, na escola, é a oportunidade de uma pessoa explorar, construir e aumentar seu conhecimento, desenvolver suas habilidades, articular e realizar trabalhos estéticos, além de explorar sua subjetividade (BRASIL, 2016).

### 6.3.INTERAÇÃO PROFESSOR X ALUNO

O trabalho do educador deve estar comprometido, direta ou indiretamente, com questões de cidadania, envolvimento social e meio ambiente. Isso implica no fato do professor não portar-se apenas como um mero transmissor de informações. Ele deve ir além, deve mostrar que muito do que se aprende na escola pode perfeitamente ser aplicado à vida cotidiana do aluno, more ele em uma grande metrópole ou em uma pequena cidade interiorana (LIMA, 2014).

Godoi & Padovani (2009) *apud* Anderson (2004, p. 446-447) descreve as demais interações na educação, classificando-as dentro de seis situações diferentes, que podem se associar a outras cinco modalidades de avaliações passíveis de ocorrência dentro de cada interação, sendo elas:

Interação aluno-aluno: vista como uma exigência na educação à distância, ou seja, a interação entre pares é crucial para o desenvolvimento de comunidades de aprendizagem, permitindo aos alunos desenvolverem habilidades interpessoais e compartilharem conhecimento como membros de uma comunidade.

Interação aluno-professor: variedade de formatos de aprendizagem, as quais incluem comunicação síncrona e assíncrona.

Interação aluno-conteúdo: fornece novas oportunidades ao aluno, incluindo a imersão em microambientes, exercícios em laboratórios virtuais, desenvolvimento de conteúdos interativos, entre outras possibilidades.

Interação professor-professor: cria a oportunidade de desenvolvimento profissional, incentivando os professores a tirar vantagem da descoberta de novos conhecimentos em seus próprios assuntos e dentro da comunidade acadêmica.

Interação professor-conteúdo: o foco desta interação está na criação de conteúdos e atividades de aprendizagem por parte dos professores, permitindo a eles monitorar e atualizar continuamente os conteúdos das atividades que criaram para seus alunos.

Interação conteúdo-conteúdo: novo modo de interação educacional no qual o conteúdo está programado para interagir com outras fontes de informação automatizadas, de modo a atualizar-se constantemente a si próprio.

Avaliação prognóstica: acontece na interação professor-conteúdo, considerada por Squires & Preece (1996) uma avaliação feita antes do uso do software educativo, ou seja, quando os professores estão fazendo seu planejamento.

Avaliação em grupo: está na interação professor-professor, aluno-professor, aluno-aluno, ou seja, quando professores e/ou alunos estão juntos discutindo, avaliando ou tomando decisões a respeito do software que será utilizado.

Avaliação contextual: refere-se à interação professor-professor, aluno-professor, aluno-aluno. Desta forma, este tipo de avaliação precisa necessariamente estar num contexto de uso, no qual aluno e professor discutem (juntos ou individualmente) sobre o software educativo.

Avaliação de codescoberta: ocorre durante a interação professor-professor, aluno-professor, aluno-aluno. De acordo com Anderson (2004), a teoria construtivista enfatiza a importância da interação em pares na investigação e no desenvolvimento de perspectivas múltiplas. Desta forma auxilia também professores e/ou alunos em suas relações interpessoais enquanto contribui na avaliação dos softwares educativos.

Avaliação interativa/participativa: enfatiza a interação professor-professor, aluno-professor, aluno-aluno, aluno-conteúdo, ou seja, permite aos alunos e/ou professores ter uma postura crítica e colaborativa diante dos conteúdos e participar ativamente do processo ensino-aprendizagem.

A avaliação de modo geral, mostrou-se satisfatória, os alunos representaram um nível satisfatório acima de 50%, entretanto a preocupação gerada foi que esses estudantes provavelmente não apresentassem conhecimento o suficiente fora da realidade vivida, observa-se que esse nível de satisfação possui uma grande discrepância com a avaliação dos professores (Tabela 3), esses dados despertam uma certa preocupação em relação ao processo ensino-aprendizagem, com isso, levanta-se questões como: Será que os professores estão conseguindo formar cidadãos formadores de opinião?

**Tabela 3:** Avaliação de satisfação dos estudantes e professores.

	% de Alunos Satisfeitos	% de Alunos Insatisfeitos	% de Professores Satisfeitos	% de Professores Insatisfeitos
Qualidade do Livro Didático	0,18	0,12	0,02	0,10
Dificuldades em usar o Livro Didático	0,22	0,08	0,06	0,06

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2016).

Quanto à utilização pelos professores, os livros estão inseridos em diferentes contextos didático-pedagógicos, tais como: planejar a aula; sistematizar os conteúdos escolares, ou simplesmente utilizar como fonte para a elaboração de exercícios (BITTENCOURT, 2008).

Ao resumir os dados na Tabela 3, mesmo com populações e relações diferentes, observa-se que a relação entre qualidade do livro didático e dificuldades em usá-lo possui uma discrepância significativa, principalmente quando se trata da dificuldade em usar o material didático, para os alunos o número de satisfação é bem mais elevado do que o de insatisfação, entretanto para os professores, que já possuem uma opinião mais formada, nota-se que essa deficiência com o uso do livro didático é mais voltada a realidade, importante apontar que a grande maioria dos professores que mostraram-se insatisfeitos, faziam parte do grupo que não participaram da seleção do livro didático da sua disciplina e que boa parte dos que fizeram parte da seleção, mostraram-se insatisfeitos com a qualidade.

Leva-se a crer com estas informações, de que o problema do ensino pedagógico precisa de uma reformulação, envolvendo todas as etapas da pirâmide de seleção, olhar a escola, o professor, o estudante, a sala de aula de forma heterogênea, separar cada caso e voltá-lo a sua realidade. O principal ponto de insatisfação trata-se de limitações, que a gestão escolar sofre e principalmente os que fazem o seu uso. Essas limitações criam cidadãos

acomodados e sem falta de interesse, o que ultimamente é um dos principais problemas que os professores enfrentam em sala de aula.

Manter os alunos interessados não é uma tarefa fácil, principalmente para um docente que tem dificuldade de se comunicar com os seus alunos, sendo assim os professores procuram novas formas para lidar com a situação, a criatividade de cada docente é um ponto característico para fazer com que o aluno se envolva na aula e passa a gostar da matéria, assim ele não terá dificuldades no aprendizado e mostrará interesse em aprender, ou seja, ocorre o despertar do saber, onde o estudante vai atrás de novas informações, novos rumos e novas histórias.

Para permanecer com os alunos focados em sala de aula, professores estão utilizando meios alternativos (multímídas, computadores, internet), que estejam ligados a atualidade para que assim haja uma interação melhor entre professor e aluno, as respostas em relação a essa ligação têm sido positivas, cria-se então uma relação simbiótica dentro da sala de aula, onde o professor ensina o que aprende em sala de aula com os seus alunos.

Lima (2014) explica que o professor, tem um histórico, como detentor de um inegável poder, aprendeu a responsabilizar seus alunos pelo fracasso do processo de ensino/aprendizagem. Nesta situação, quando o aluno não aprende, a culpa é sempre do aluno, jamais do professor que é ser superior dentro da sala de aula, sempre lecionando com uma determinada autoridade. Os educadores de uma forma geral, aceitam a ideia de que a responsabilidade da aprendizagem da turma nunca é do professor. Se um grupo de alunos não obtém rendimento satisfatório é porque são relapsos e não estudaram o suficiente para serem aprovados. Existem casos em que a metade da turma é reprovada e isso é encarado com toda a naturalidade pela comunidade escolar. Forçando a gestão da escola aprová-los através do conselho de professores por bom comportamento, entre outras atividades, por isso que se tem alunos “alfabetizados”, porém não sabem ler. No final esse método de aprovação serve apenas para tampar as falhas no sistema educacional.

Os alunos apresentaram uma boa relação com os professores em sala de aula, mas o maior problema está na comunicação. Diversos alunos apontaram problemas no material didático utilizado, entretanto nem sempre essas informações chegam ao ouvido do corpo docente ou da gestão da escola.

Já os professores precisam procurar a melhor maneira de dar uma boa aula com o material proposto, alguns possuem a liberdade de realizar o próprio material didático e criando assim o seu próprio método de ensino, porém o sistema educacional exige uma certa pressão sobre o uso do livro didático, pois de certa forma, é um investimento alto, que no papel, o governo quer ver o retorno.

Para garantir esse retorno e “agradar” os governantes, os gestores das escolas, pedagogos e professores se sentem obrigados a aprovar alunos que não estão preparados para a realidade real no mundo afora, criando a cada ano cidadãos incompletos e sem formação de opiniões, que é a ideia completamente contrária do que fora proposto.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro didático é a ferramenta mais utilizada no ensino público, destacando assim a sua importância, o grupo envolvido em sua produção, compra e escolha deveria ser mais conectado, a principal falha é exatamente não ter um elo mais próximo entre editora – governo – professor, e como colocado por alguns professores, nem sempre o que é escolhido chega a realidade deles, ou seja, o intermediário (governo) acaba tornando-se o defeito do processo.

Com as entrevistas observou-se que o problema não está focado somente no bom livro didático e sim no livro didático adequado para os estudantes e professores. Nem sempre há reciprocidade nessa relação, ambos – alunos e professores – tentam se adaptar ao que tem, descartar o livro didático que está totalmente fora da realidade local não é uma opção. Nesse caso, cabe aos professores tentarem procurar meios alternativos para complementar suas aulas, seja com multimídia e/ou aulas práticas.

Quanto as editoras, que produzem os livros, constatou-se que o processo de inclusão social é suprimido. Outra questão levantada tanto pelo corpo docente, quanto o discente foi a falta de realidade dos livros com a dos alunos, principalmente quando trata-se de uma escola do interior, onde parte dos alunos moram em zona rural e possuem dificuldades para ter acesso a educação, saúde, informação.

A realidade desse público é completamente diferente do estudante burguês, uma cultura completamente diferente, onde não há espaço para os estudantes carentes, que possuem mais dificuldade no aprendizado.

Mesmo com todas as dificuldades e diferenças encontradas, os alunos se adaptam ao que tem, mostrando um nível satisfatório em relação ao livro didático e no que ele pode proporcionar para eles, enquanto os professores já apresentaram maior receio dos livros utilizados, conclui-se que a

heterogenidade também está presente no corpo docente e que isso impacta diretamente na formação dos alunos de forma positiva, enquanto essa característica se torna negativa nas aulas, por dificultar na criação de um método prático de ensino, se torna um ponto positivo quando se trata dos professores, por trazer um corpo docente mais rico em cultura, ensino e didática, observa-se essa diferença nas respostas de professores da mesma disciplina, porém com visões diferentes, essa riqueza de informações e opiniões ajudam a formar cidadãos de uma sociedade mais crítica, que procura visualizar a frente, procurando sempre a solução para resolver um problema.

Porém, nem sempre os professores conseguem falar o mesmo “idioma” que os alunos dentro da sala de aula, sendo obrigados a procurar meios para facilitar essa comunicação, sendo que uma alternativa seria os estudantes participarem de forma coletiva da escolha do livro didático, entrando em um senso comum e selecionar o material mais próximo da realidade de ambos, provavelmente essa conexão faria com que os alunos se interessassem mais pelas aulas e zelassem mais do material didático, que é um dos pontos negativos mais apontados pelos os mesmos.

Algumas escolas deixam que o educador tenha a liberdade de selecionar o próprio livro didático do ano letivo, porém esses professores acabam escolhendo o livro porque recebeu alguma indicação ou porque as editoras enviaram gratuitamente, sendo assim, deixando de lado a análise que deveria ser feita para a sua situação em sala de aula, causando um comodismo forçado devido a diversas condições negativas no campo de trabalho. O sistema poderia funcionar se o Estado trata-se com mais respeito e dignidade os seus profissionais.

De forma geral a pesquisa mostrou-se satisfatória para realizar o levantamento de informações necessárias para encontrar as falhas presentes na escola, objeto de estudo, e realizar a dissolução dessas informações

comparando-as com demais estudos a procura de projetar soluções para o sistema de ensino brasileiro, que apesar das reformas estabelecidas ainda há muito o que melhorar.



## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, O. G. (2008). *Professores, Reformas Curriculares e Livros Didáticos de Ciências: parâmetros para a produção e avaliação do Livro didático*. XI Encontro de Pesquisa em Ensino de Física. 21 a 24 de outubro de 2008, Campus Curitiba da UTFPR, PR.
- Almeida, A. M. S. (2014). *O professor frente às novas tecnologias de informação e comunicação*. Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso.
- Anderson, T. (2004). *Toward a Theory of Online Learning*. Theory and Practice of Online Learning. Canadá: Athabasca University. Disponível em: <[http://cde.athabascau.ca/online\\_book/ch2.html](http://cde.athabascau.ca/online_book/ch2.html)> Acesso em: 12/10/2016.
- Andrade, J. (2014). *O papel da escola na sociedade contemporânea: Desafios e possibilidades*. Web Artigos.
- Barcelos, M. O.; Lopes, C. S. M. (2012). *Ambiente virtual de aprendizagem: o livro eletrônico como recurso pedagógico auxiliar ao ensino*. CEFET – Centro Federal de Educação e Tecnologia de Minas Gerais.
- Batista, A. P. (2011). *Uma Análise da Relação Professor e o Livro Didático*. Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia, Bahia, Brasil.
- Bezerra, M. A. *Ensino de língua portuguesa e contextos teórico-metodológicos*. In: Dionísio, A.; Machado, A.; Bezerra, M. A. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- Bianchim, A. S. (1999). *O uso do livro didático no processo ensino-aprendizagem nas ciências sociais: 1ª a 4ª séries*. Universidade do Oeste de Santa Catarina.
- Bittencourt, C. M. F. (2008). *Livro didático e saber escolar: 1810-1910*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- Bizzo, N. (2003). A escolha do livro didático – Entrevista. Folha dirigida. Disponível em:

[http://www.cmconsultoria.com.br/novo/iframe/ver\\_artigo.php?fonte=cm\\_news&codigo=4171](http://www.cmconsultoria.com.br/novo/iframe/ver_artigo.php?fonte=cm_news&codigo=4171). Acesso em: 06/07/2016.

Branquinho, L. A. (2007). *A Prática Pedagógica da Educação Atual*. Brasil Escola – UOL.

Brasil. (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Diário Oficial da União. Brasília – DF.

Brasil. (2008). *Lei nº 11.700, de 13 de junho de 2008*. Diário Oficial da União. Brasília – DF.

Brasil. (2009). *Legislação Escolar*. Técnico em Gestão Escolar. Universidade de Brasília – UNB. Brasília – DF.

Brasil. (2013). *Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013*. Diário Oficial da União. Brasília – DF.

Brasil. (2013). *Livro digital chega às escolas públicas em 2015*. Portal Brasil.

Brasil. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). (2016). *Dados Estatísticos*. FNDE.

Brasil. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). (2016). *Funcionamento*. FNDE.

Brasil. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). (2016). *Guia PNL D 2017*. Brasília – DF.

Brasil. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). (2016). *Sobre o Livro Didático*. Brasília – DF.

Brasil. Ministério da Educação (2007). *Resolução Nº 7 de 5 de Abril de 2007*. Diário Oficial da União. Brasília – DF.

Brasil. Ministério da Educação (2007). *Resolução Nº 7 de 5 de Abril de 2007*. Diário Oficial da União. Brasília – DF.

Brasil. Ministério da Educação (2008). Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e biblioteca nas escolas públicas brasileiras. Brasília – DF.

- Brasil. Ministério da Educação (2009). *Práticas cotidianas na educação infantil - bases para a reflexão sobre as orientações curriculares*. Secretaria de Educação Básica. Brasília – DF.
- Brasil. Ministério da Educação (2010). *Cultura Digital – Série Cadernos Pedagógicos*. Secretaria de Educação Básica. Brasília – DF.
- Brasil. Ministério da Educação (2010). *Matemática: Ensino Fundamental/ Coordenação João Bosco Pitombeira Fernandes de Carvalho*. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 248 p. : il. (Coleção Explorando o Ensino; v. 17).
- Brasil. Ministério da Educação (2012). *Resolução Nº 42 de 28 de Agosto de 2012*. Diário Oficial da União. Brasília – DF.
- Brasil. Ministério da Educação (2016). *Apresentação*. Brasília – DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/institucional/historia>. Acesso em: 14/10/2016.
- Brasil. Ministério da Educação. (2016). *Estrutura Geral do Sistema Educacional*. Disponível em: [www.oei.es/historico/quipu/brasil/estructura.pdf](http://www.oei.es/historico/quipu/brasil/estructura.pdf). Acesso em: 10/10/2016.
- Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. (1997) *Parâmetros Curriculares Nacionais: matemática*. Brasília, DF: meC/seF.
- Brasil. Senado Federal (1985). *Decreto Nº 91.542, De 19 De Agosto De 1985*. Diário Oficial da União. Brasília – DF.
- Brito, J. F. (2007). *Análise do material didático elaborado por três professoras de língua inglesa de escolas públicas de Campina Grande*. Dissertação apresentada ao Programa de Pósgraduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba.
- Britto, T. F. (2011). *O Livro Didático, o Mercado Editorial e os Sistemas de Ensino Apostilados*. Senado Federal. Brasília – DF.
- Campos, R. S. P.; Montoito, R. (2010). *O texto alternativo ao livro didático como proposta interdisciplinar do ensino de ciências e matemática*. PIROLA, NA. org. Ensino de ciências e matemática, IV: temas de investigação [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 244 p.

ISBN 978-85-7983-081-5. Available from SciELO Books  
<<http://books.scielo.org>>

Castrogiovanni, A. C.; Goulart, L. B. *A questão do livro didático em geografia: elementos para uma análise*. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. et al. Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1999. p.129-132.

Corrêa, R. L. T. (2000). *O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação*. Cadernos Cedes, ano XX, n.º 52.

Costa, F. C. da. (1995). *Formação de professores: objetivos, conteúdos e estratégias*. Revista da Educação Física da UEM. Maringá: Universidade Estadual de Maringá. Vol. 1, nº 5, p. 26-38.

Costa, M. S.; Allevato, N. S. G. (2010). *Livro didático de matemática: análise de professoras polivalentes em relação ao ensino de geometria*. VIDYA, v. 30, n. 2, p. 71-80, jul./dez., 2010 - Santa Maria.

Cota, L. A. A.; Andrade, V. V. (2009). *Livro Didático: Reflexões sobre a escolha do livro de língua portuguesa*. Monografia apresentada à Faculdade de Educação de Costa Rica – FECRA.

Ferreira, J. C. S. *Ensino de História e Educação Cidadã: análise de concepções e práticas de cidadania do discurso do livro didático de História*. 2003. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

Flores, S. S. (2014). *Das fábulas, perversidades e outras possibilidades: a globalização nos livros didáticos de geografia*. Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia Florianópolis, v. 1, n. 1.

Fonseca, M.; Sardenberg, A. (2013). *Qual o papel dos professores e como estimular a participação dos estudantes?* Centro de Referências em Educação Integral. Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/>. Acesso em: 10/10/2016.

Fregonezi, D. *Livro didático de Língua Portuguesa: liberdade ou opressão?* In: LEFFA, V. (Org.). Tela 2 (Textos em Linguística Aplicada). CD-rom. Pelotas: Educat, 2003.

- Freitas, E. (2016). *Papéis do Professor. Brasil Escola – Canal do Educador*. Disponível em: <http://brasileSCO.la/e408>. Acesso em: 13/10/2016.
- Freitas, O. (2009). *Equipamentos e materiais didáticos*. Brasília: Universidade de Brasília, 132 p.
- Frison, M. D.; Vianna, J.; Chaves, J. M.; Bernardi, F. N. (2009). *Livro Didático como Instrumento de Apoio para Construção de Propostas de Ensino de Ciências Naturais*. Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. Florianópolis – SC.
- Furlani, L. M. T. (1988). *Autoridade do Professor: meta, mito ou nada disso?* São Paulo: Cortez e Autores Associados.
- Garcia, P. S.; Bizzo, N. (2010). *A pesquisa em livros didáticos de ciências e as inovações no ensino*. Ano 13 - n. 15.
- Godoi, K. A. De.; Padovani, S. (2009). *Avaliação de material didático digital centrada no usuário: uma investigação de instrumentos passíveis de utilização por professores*. Production, 19(3), 445-457. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132009000300003>.
- Gonçalves, S. A. A. G. *A função docente e o conhecimento numa perspectiva histórico-crítica*. Universidade Estadual de Maringá.
- Goulart, N. (2010). *Novas tecnologias exigem novos conteúdos*. Educação, Rev. Veja.
- Guimarães, A. A. et al. (2001). *Educação Física Escolar: Atitudes e Valores*. Motriz, Vol. 7, n.1, pp. 17-22. Disponível em:<http://oglobo.globo.com/educacao/professor-ainda-piorsalario-4954397#ixzz2BHAuoCDa>. Acesso em: 12/10/2016.
- Guimarães, C.; Polato, A. (2013). *Escolas particulares adotam os livros digitais*. Revista Época.
- Horikawa, A. Y.; Jardim, J. L. (2010). *A formação de professores e o livro didático: avaliação e controle dos saberes escolares*. Revista Lusófona de Educação, (15), 147-162. Recuperado em 12 de outubro de 2016, de [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-72502010000100011&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502010000100011&lng=pt&tlng=pt).

- Insaurriaga, M. M.; Jardim, R. B. (2015). *Entre textos e imagens: ensino de história uma abordagem generificada dos livros didáticos dos anos noventa e dois mil, do acervo do LEH/UFPEL*. Aedos, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 112-130.
- Instituto de Pesquisas Plano CDE. (2015). *O Ensino de Inglês na Educação Pública Brasileira*. British Council.
- Libâneo, J. C. (2004). *A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: a Teoria Histórico-cultural da Atividade e a contribuição de Vasili Davydov*. Revista Brasileira de Educação.
- Lordêlo, J. A. C.; Dazzani, M. V. (2009). *Avaliação educacional: desatando e reatando nós* [online]. Salvador: EDUFBA, 349 p.
- Marcuschi, L. A. (2000). O papel da linguística no ensino de línguas. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em [http://relin.letras.ufmg.br/shlee/Marcuschi\\_2000.pdf](http://relin.letras.ufmg.br/shlee/Marcuschi_2000.pdf). Acesso em 13/10/2016.
- Matos Neto, J. R.; Santos, L. F.; Costa, O. A. (2005). *A importância do livro didático de história no processo ensino-aprendizagem*. Anais da 57ª Reunião Anual da SBPC - Fortaleza, CE.
- Matos, J. S. (2012). *A história nos livros didáticos: o papel das políticas governamentais na produção e veiculação do saber histórico*. *Historiæ*, Rio Grande, 3 (1): 51-74.
- Megid Neto, J.; Fracalanza, H. (2003). *O livro didático de ciências: problemas e soluções*. *Ciência & Educação*, v. 9, n. 2, p. 147-157.
- Melo, R. S.; Boll, C. I. (2014). *Cultura digital e educação: desafios contemporâneos para a aprendizagem escolar em tempos de dispositivos móveis*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Mesquista Filho, J. (2012). *Material didático no ensino de ciência*. UNESP.
- Miltão, M. S. R. (2006 b). *O Uso do Livro Didático na Visão dos Professores da Escola Secundária: considerações gerais*. *Sitientibus Série Ciências Físicas* 02: 68-84.

- Molina, O. (1987). *Quem engana quem? Professor x livro didático*. Campinas, Papyrus.
- Morin, E. *A cabeça bem feita: repensar a reforma do pensamento*. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- Núñez, I. B.; Ramalho, B. L.; Silva, I. K. P.; Campos, A. P. N. (2003). *A Seleção dos Livros Didáticos: um saber necessário ao professor. O caso do ensino de ciências*. Disponível em: <http://www.rioei.org/deloslectores/427Beltran.pdf>. Acesso em 12/10/2016.
- Oliveira, F. D. (2006). *Abram seus livros...O discurso sobre diferença nos livros didáticos*. Dissertação apresentada ao curso de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG.
- Pabis, N. A. (2012). *Diagnóstico da realidade do aluno: desafio para o professor no momento do planejamento e da prática pedagógica*. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul.
- Pastro, S. M. G.; Contiero, D. T. *Uma análise sobre o ensino de história e o livro didático*. História & Ensino. Londrina, v. 8, edição especial, p. 59-66.
- Pereira, F. S. (2011). *Um Enfoque Real na Educação Contemporânea Brasileira*. Só pedagogia.
- Piana, M. C. As políticas educacionais: dos princípios de organização à proposta da democratização. Piana, M. C. *A construção do perfil do assistente social no cenário educacional* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books.
- Pina, P. P. G. N. (2009). *A relação entre o ensino e o uso do livro didático de geografia*. Dissertação apresentada à Universidade Federal da Paraíba.
- Pretto, N. L.; Assis, A. (2008). *Ensaio: cultura digital e educação: redes já!* In Pretto, N. L.; Silveira, S. A., orgs. Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder. [online]. Salvador: EDUFBA, pp. 75-83. ISBN 978-85-2320-889-9. Available from SciELO Books .
- Ratier, R. (2013). *Educar na cultura digital*. Nova escola.

- Renzo, A. M. D.; Santos, C. P. (2016). *Livros didáticos de língua portuguesa e a discursividade da inclusão digital*. Revista do GEL, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 37-54.
- Rodrigues, C. (2014). *Amarras dos Sistemas*. Carta Educação. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/amarras-%E2%80%A8dos-sistemas/>. Acesso em: 06/07/2016.
- Romanatto, M. (2004). *O livro didático: alcances e limites*. São Paulo. Disponível em: <http://www.sbempaulista.org.br/cpem/anai/mesas-redondasmr19-mauro.doc.>, acesso em 5 out. 2016.
- Rua, J. (1998). *O professor, o livro didático e a realidade vivida pelo aluno como recursos para o ensino da geografia*. Boletim gaúcho de geografia.
- Sacristán, J. G. (1995). Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flávio (Org.). *Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis: Vozes.
- Santos, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- Schramm, M. L. K. (2012). *As tendências pedagógicas e o ensino-aprendizagem da arte*. Arte na escola.
- Siganski, B. P.; Frison, M. D.; Boff, E. T. O. (2008). *O Livro Didático e o Ensino de Ciências*. XIV Encontro Nacional de Ensino de Química (XIV ENEQ). UFPR – Curitiba/PR.
- Silva, E. O. (2010). Relações entre imagens e textos no ensino de história. *sÆculum - REVISTA DE HISTÓRIA* [22]; João Pessoa.
- Silva Júnior, C. G. (2007). *O livro didático de matemática e o tempo*. Revista de Iniciação Científica da FFC, v. 7, n. 1, p.13-21.
- Silva, M. A. (2012). *A fetichização do livro didático no Brasil*, Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v37n3/06.pdf> . Acesso em 10 out. 2016.
- Silva, M. A. S.; Soares, I. R.; Alves, F. C.; Santos, M. N. B. (2012). Utilização de Recursos Didáticos no processo de ensino e aprendizagem de Ciências

Naturais em turmas de 8º e 9º anos de uma Escola Pública de Teresina no Piauí. Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação.

Soares, J. A.; Oliveira, A. M. R.; Silva, M. D. B.; Medeiros, R. K. F. (2013). *As práticas estabelecidas para utilizar o livro digital nas escolas*. Encontro de Iniciação a Docência. Universidade Estadual da Paraíba.

Sousa, M. G.; Gabriel, F. R. M.; Santos, J. N. (2010). *O ensino de língua inglesa nas escolas públicas: dificuldades materiais e de aprendizagem*. 62ª Reunião Anual da SBPC.

Souza, S. S. (2014). *O livro didático e as influências ideológicas das imagens: por uma educação que contemple a diversidade social e cultural*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Squires, D.; Preece, J. (1996). *Usability and learning: evaluating the potential of educational software*. Computer and Education, v. 27, n. 1, p. 15-22.

Tagliani, D. C. (2011). *O livro didático como instrumento mediador no processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa: a produção de textos*. RBLA, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 135-148.

Teixeira, R. de F. B. (2009). *Relações Professor e Livro Didático de Alfabetização*. Dissertação apresentada à Universidade Federal do Paraná. p. 1-135.

Tokuyochi, J. H. et al. *Retrato dos professores de Educação Física das escolas estaduais do estado de São Paulo*. Revista Motriz, Rio Claro, v.14, n.4, p.418-428, out./dez. 2008.

Val, M. da G.C., Bregunci, M. das G. de C., Silva, C.S.R. da, Castanheira, M.L. & Martins, A.A. *Padrões de escolha de livros e seus condicionantes: um estudo exploratório*. In: Batista, A.A.G. & Val, M.da G.C. Livros de Alfabetização e de Português: os professores e suas escolhas. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2004, p.75-114.

Verceze, R. M. A. N.; Silvino, E. F. M. (2008). *O livro didático e suas implicações na prática do professor nas escolas públicas de guajará-mirim*. Práxis Educacional Vitória da Conquista v. 4, n. 4 p. 83-102.

- Volmer, L.; Ramos, F. B. (2009). *O livro didático de português (LDP): a variação de gêneros textuais e a formação do leitor*. Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais – Caxias do Sul – RS.
- Wikins, L.; Swatman, P. M. C.; Chan, E. S. K. (2006). *E-Book Technology in Libraries: An Overview*. Bled, Slovenia, June 5 – 7.
- Xavier, R. P.; Souza, D. T. de. (2008). *O que os alunos pensam sobre o livro didático de inglês?* *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 47(1), 65-89. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-18132008000100005>
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de Caso – Planejamento e Métodos*. 2ª edição, bookman. Porto Alegre – RS.
- Zambon, L. B.; Terrazzan, E. A. (2012). *Estudo sobre o processo de escolha de livros didáticos organizado em escolas de educação básica*. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul.

## ANEXO I

### Entrevista aos alunos

1 Qual é a sua opinião sobre os livros didáticos adotados pela unidade escolar?

bom                       regular                       ruim

2 Que características você gosta nos livros didáticos?

---

---

---

3 Que características você não gosta nos livros didáticos?

---

---

---

4 Tem dificuldades em fazer uso do livro didático adotado pela escola?

sim                       não

5 Se respondeu **sim** na questão anterior. Quais dificuldades enfrenta ao usar o livro didático?

---

---

---

6 Além do livro didático utiliza outros meios de pesquisa e auxílio para o entendimento dos conteúdos?

sim                       não

7 Se respondeu **sim** na questão anterior. Quais meios costuma utilizar?

---

---

---

---

8 Que vantagens esses meios oferecem a mais que os livros?

---

---

---

## ANEXO II

### Entrevista aos professores

1 Qual é a sua opinião sobre os livros didáticos adotados pela unidade escolar?

bom             regular             ruim

2 Que características você gosta nos livros didáticos?

---

---

---

3 Que características você não gosta nos livros didáticos?

---

---

---

4 Participou da escolha do livro didático utilizado na escola?

sim             não

5 Se respondeu sim na questão anterior, Que critérios utilizou para a escolha do livro?

---

---

---

6 O livro didático utilizado pela escola é o mesmo utilizado para o planejamento anual?

sim             não

7 Durante as aulas com que frequência faz uso do livro didático?

sempre             esporadicamente             nunca

8 Tem dificuldades em fazer uso do livro didático adotado pela escola?

sim             não

9 Se respondeu **sim** na questão anterior. Quais dificuldades enfrenta ao usar o livro didático?

---

---

---

10 Além do livro didático utiliza outros recursos didáticos de auxílio em sala de aula?

sim                       não

11 Se respondeu **sim** na questão anterior. Quais meios costuma utilizar?

---

---

---